

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 234 • Setembro de 1988 • Cz\$ 200,00



DEMOCRACIA

Uma questão fundamental

tempo e presença

Revista Mensal do CEDI

Setembro 88

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
Heloisa de Souza Martins
José Oscar Beozzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e
Jornalista Responsável
Marco Antônio Piva
Reg. Prof. n.º 12.911

Secretário de Redação e
Editor de Arte
Flávio Irala

Diagramação e
Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitização
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão
Rosana de Lima Soares

Capa
Marta Cerqueira Leite Guerra

Fotolito, Impressão e
Acabamento
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 200,00
Assinatura anual
Cz\$ 2.000,00
Assinatura de apoio
Cz\$ 3.000,00

Cartas

Parabéns a vocês. Seu trabalho é de extrema validade para todos e todas nós que trabalhamos com o povo direta ou indiretamente. Sempre mais sente-se a seriedade e a competência que perfilam muito *Tempo e Presença*. Continuem. Vocês têm o apoio de muita gente e o nosso povo precisa da sua palavra-testemunho.

Lina Boff
Rio de Janeiro, RJ

Somos assinantes tanto da *Tempo e Presença* como do *Aconteceu*. Estamos sentindo principalmente em relação a *Tempo e Presença* uma grande melhoria de qualidade. Os números 231 e 232 foram muito bons. Isso é importante para o avanço do processo de transformação da sociedade. Mais um instrumento.

Zoraide da Silva Gramado
Salvador, BA

Tempo e Presença, além de ser uma publicação claramente comprometida com a libertação dos oprimidos, revela-se também um instrumento didático para uma aprendizagem transformadora, o que, a meu ver, sublima ainda mais a caminhada do pessoal do CEDI.

Vicente Martins
Fortaleza, CE

Estou cada vez mais orgulhoso de ver que a revista *Tempo e Presença* está cada vez mais presente em nosso tempo. A análise feita pela mesma foge dos esquemas desta ou daquela igreja e revela seu caráter ecumênico. Para mim, um jovem que não se qualifica nem como católico nem como luterano, ou de qualquer outra religião, está sendo de muita validade refletir a partir do que vocês escrevem. É isso aí, meninada. Vamos em frente com nosso objetivo de transformação desta realidade capitalista selvagem. Que Cristo seja sempre nossa força e luz nesta caminhada.

Leocádio Artur Espindola
Florianópolis, SC

Sempre leio a revista *Tempo e Presença*, através do padre da minha paróquia. Ele recebe sempre e me empresta para ler. Agora fico contente em saber que vou receber esta revista que realmente é de pé no chão e, sem peleguismo nenhum, tenho certeza que irá me ajudar muito na animação das CEBs e das escolas bíblicas que assessoro.

José Batista da Silva
Juiz de Fora, MG

Especiais agradecimentos a todos vocês. Esta revista chegou na hora certa! Em nome de todos desta comunidade de que a lêm, muito obrigada.

Neusa Dolores Mossini
Pedro Gomes, MS

Não tenho dúvidas do quanto a revista *Tempo e Presença* será importante não só para mim como para todos que desempenham trabalhos pastorais. Fiquei muito satisfeita em recebê-la, pois há muito que pretendia assiná-la. Além de fazer bom uso dela, prometo ser um divulgador para quem ainda não a conhece.

Dorvando José de Arruda
Goiânia, GO

Gostei muito de ler a *Tempo e Presença* de julho/88. A própria chamada de capa (*Movimento operário: memória, identidade e dilemas*) já indica que o tratamento do tema está longe daquele ufanismo que perpassa certos setores do movimento. Estes pensam e atuam como se a revolução (a deles, é claro!) fosse acontecer amanhã, bem cedinho... A compreensão da luta operária passa por uma auto-avaliação que seja suficientemente crítica com o próprio movimento. Do contrário, poucos serão os avanços.

Ai está o mérito dos artigos dessa edição da revista. Percebi neles um esforço de traçar os reais contornos do movimento operário, com tudo o que nele há: suas certezas e possibilidades, mas também suas limitações e dilemas. Há ainda uma preocupação de trazer novos temas para o debate, como é o caso dos artigos sobre fotografia e indústria bélica, temas pouco tratados na perspectiva dos trabalhadores.

Continuem assim!
João Antônio da Silveira
São Paulo, SP

PUBLICAÇÕES DO CEDI

PASTORAL PROTESTANTE

Evangelização no Brasil de hoje.....	Cz\$ 650,00
A experiência da fé	Cz\$ 884,00
Pão, vinho e amizade	Cz\$ 1.482,00
De dentro do furacão	Cz\$ 1.248,00
Missão e evangelização	Cz\$ 572,00

MOVIMENTO OPERÁRIO

História dos metalúrgicos de S. Caetano.....	Cz\$ 1.092,00
Trabalhadores urbanos 82/84.....	Cz\$ 2.080,00
CUT nas campanhas salariais.....	Cz\$ 200,00
Revista <i>Apoio</i> - Os trabalhadores na indústria bélica.....	Cz\$ 200,00

CADERNOS DO CEDI

Nº 8 — Igreja/Desenvolvimento/Participação Popular.....	Cz\$ 546,00
Nº 12 — VI Assembléia do CMI.....	Cz\$ 1.040,00
Nº 13 — Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 728,00
Nº 14 — Canavieiros em greve	Cz\$ 728,00
Nº 15 — O caminho da escola.....	Cz\$ 728,00
Nº 16 — Periferia — desafio à unidade.....	Cz\$ 728,00
Nº 17 — Unidade e Prática da Fé.....	Cz\$ 780,00
Nº 18 — Onze de abril: o dia da audácia.....	Cz\$ 780,00

Democracia

- 4 DEMOCRACIA E SOCIALISMO:
O CAMINHO POSSÍVEL
Francisco C. Weffort
- 7 CONTINUIDADE E MUDANÇA
Fábio Wanderley Reis
- 9 TRANSIÇÃO: O MANGUE
DEMOCRÁTICO
Márcio Santilli
- 11 CONSTITUIÇÃO: O PRIMEIRO
PASSO
João Gilberto Lucas Coelho
- 13 A NOVA ETAPA CONSTITUCIONAL
Pedro Dallari
- 15 CONSTITUINTE: ANTES E DEPOIS
Lysâneas Maciel
- 16 UM BALANÇO CAUTELOSO
Programas do CEDI
- 20 IGREJA E DEMOCRACIA: UM
ENCONTRO NA HISTÓRIA
Luiz Alberto Gómez de Souza
- 22 A CONTRIBUIÇÃO DAS IGREJAS
PROTESTANTES
Antonio Gouvêa Mendonça

Internacional

- 24 ESTADOS UNIDOS: A ELEIÇÃO
DA MINORIA
Entrevista com Ralph Schoenman

Anote

- 27 A PUNIÇÃO DE CASALDÁLIGA

Jaci Maraschin

- 28 A DEMOCRACIA QUE AINDA
ESPERAMOS

Igrejas

- 30 CEBs: RECRIAÇÃO
EVANGELIZADORA
Faustino Luiz Couto Teixeira

Bíblia hoje

- 33 "ENTRE VÓS NÃO SERÁ ASSIM"
Milton Schwantes

Livros

- 35 POLÊMICA SOCIALISTA
Marco Antônio Piva

Compromisso com a democracia

A nação brasileira passa por uma crise sem precedente. Uma crise política, econômica, social e moral. O povo está descrente não só das instituições políticas, o que é compreensível, mas também de sua própria capacidade de intervenção para alterar o atual estado de coisas. Quando a população não vê motivos para se entusiasmar com propostas políticas, que, aliás, são frágeis e confusas, está aberto o caminho para aventuras, algumas delas de recente incursão na vida nacional. Quando a política começa a ser vista como uma atividade desonesta e imoral, é necessário um profundo momento de reflexão sobre os caminhos para a construção do futuro deste país.

Nessa discussão, um tema se impõe: a democracia. Às vezes rejeitada, outras superestimada, a democracia tem elementos fundamentais para uma estabilidade duradoura que contemple a liberdade e a justiça social. Não no velho sentido liberal, mas na direção das aspirações imediatas e históricas da totalidade da população brasileira.

A construção democrática, porém, não pode ser encarada tão somente a partir dos parâmetros institucionais estabelecidos por uma tradição política autoritária, que historicamente tem subjugado as mais autênticas reivindicações populares. A política do fato consumado e a tutela militar, talvez as duas pragas principais da história brasileira, continuam presentes, mesmo após a elaboração de uma nova Constituição. O sistema existente no país tem plenas condições de absorver as conquistas do campo popular (que, esclareça-se, serão sempre conquistas) e ir mais longe ao antecipar-se juridicamente sobre alguns aspectos que seriam "menos controláveis" socialmente. É o caso do Conselho de Segurança Nacional

que, oficialmente extinto pela Constituinte, ressurgiu agora sob a fachada da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional. E o que dizer, então, da farta distribuição de concessões de rádio e TV antes da promulgação da nova Carta, para evitar o crivo do Congresso?

Pensando nesse tempo novo, de desafios imensos, onde a crise de credibilidade aparece como elemento crucial de reflexão, Tempo e Presença reuniu personalidades do mundo político, acadêmico e religioso para debater a questão da democracia, na sociedade e nas igrejas. Existem ângulos diferentes de análise e os artigos não têm uma linearidade específica. Mas, nas contribuições de Francisco Weffort, Fábio Wanderley Reis, Márcio Santilli, Pedro Dallari, João Gilberto Lucas Coelho, Lysâneas Maciel, Antonio Gouveia Mendonça, Luiz Alberto Gómez de Souza, Faustino Luiz Couto Teixeira, Milton Schwantes, além dos programas do CEDI, há um denominador comum: a preocupação com o futuro do Brasil.

Igualmente importante, a entrevista com o ativista pelos direitos humanos Ralph Schoenman mostra um lado pouco conhecido da democracia norte-americana. Segundo ele, apenas 20% dos eleitores participam normalmente do pleito presidencial. As riquezas do país estão nas mãos de 2% de privilegiados e o resultado não poderia ser diferente: contingentes significativos de norte-americanos vivem hoje em condições de pobreza. Além disso, quase não existe diferença entre os democratas e republicanos. Explica-se, assim, o desinteresse dos eleitores.

Esta edição, portanto, é uma contribuição para resgatar o sentido da política e da própria democracia, questão inseparável da construção de uma nova sociedade.

DEMOCRACIA E SOCIALISMO

O caminho possível

A democracia representativa é incompatível com a democracia direta? A democracia tem um sentido revolucionário assim como a revolução tem um sentido democrático? Será em cima de questões concretas que se construirá uma alternativa popular, base de uma nova sociedade democrática



Agência Folhas

Francisco C. Weffort

Quem seja capaz de perceber o sentido democrático de uma revolução não deveria ter dificuldades para perceber também o sentido revolucionário da democracia. Se em vez de se falar tanto em violência das revoluções e do caráter pacífico das democracias dessemos mais atenção aos mecanismos de participação popular, talvez as diferenças e as relações entre elas ficassem mais claras.

O que distingue, essencialmente, uma revolução não é a violência, mas a predominância dos mecanismos da democracia direta sobre os mecanismos de representação. Na Revolução Russa, o momento decisivo foi quando o eixo dos acontecimentos passou da *duma* (o parlamento) para os *soviets*, ou seja, para os conselhos de trabalhadores. Na Revolução Francesa, a pressão dos "clubes" e, em especial, das massas de Paris sobre a assembleia, dão exemplos do mesmo fenômeno. Em uma democracia, as Forças Armadas são "o povo em armas", no senti-

do de que são obedientes a instituições que representam o povo. Em uma revolução, as milícias são "o povo em armas" sem mediação do sistema representativo.

Esta é a grande diferença entre uma democracia e uma revolução. Na primeira, prevalecendo o sistema representativo, torna-se inevitável a separação do homem em produtor e cidadão. O fenômeno é tão visível nas democracias liberais, sob hegemonia burguesa, quanto o será em qualquer democracia socialista. Pode-se aumentar muito os níveis de participação popular através de mecanismos inspirados na democracia direta, mas a exigência do sistema representativo permanece predominante em qualquer democracia. E não apenas por razões políticas mas, sobretudo, por razões econômicas.

Princípios convergentes

A revolução é uma situação na qual os homens — em todo caso um grande número deles — se convertem em ho-

mens públicos. Isso significa que enquanto a revolução permanece, o produtor se converte em cidadão de tempo integral. É, portanto, o predomínio da democracia direta. Esta, contudo, não pode durar muito tempo, sob pena de que a sociedade e a economia parem de funcionar.

Falo do predomínio da democracia direta nas revoluções, não de exclusividade. Mesmo nos momentos de mais intensa participação popular, uma parte, pelo menos, das atividades produtivas e, sobretudo, dos serviços, tem de continuar funcionando. Mesmo nos momentos mais decisivos, nem todos podem estar o tempo todo nas ruas e nas praças públicas. Além disso, mesmo que fosse possível parar totalmente a economia sem que a sociedade sucumbisse, a participação direta de todos não seria praticamente possível. Não estamos mais nas cidades da Grécia clássica, onde os cidadãos podiam ser reunidos todos na praça do mercado. Na Revolução Russa, por exemplo, os *soviets* eram, evidentemente, ins-

tuições de democracia direta. Mas nem por isso excluía o princípio representativo. Soldados, operários e camponeses faziam-se representar através de deputados.

O pior que pode ocorrer quando se discute as relações entre a democracia direta e a democracia representativa é tomar qualquer delas como excludente. Não é assim, nem nas revoluções nem nas democracias realmente existentes. E onde a exclusão de um dos princípios ocorre, a usurpação do poder se torna inevitável. Em vez de pensarmos em opor representação e participação direta teríamos, pelo contrário, de estudar mecanismos que permitam que os dois princípios se complementem.

Estreitezas do liberalismo

O grande cientista social e pensador Max Weber fez parte, como assessor, da delegação alemã que foi a Versalhes para negociar o tratado que pôs fim à guerra de 1914-1918. Nessa ocasião, manteve com o também famoso general Ludendorff, um militar de direita que depois apoiaria Hitler, ainda em início de carreira, um diálogo que vale a pena ler. Lá pelas tantas, Ludendorff pergunta: "Então, o que você entende por democracia?". Weber responde: "Em uma democracia o povo escolhe um líder no qual confia. Então o líder escolhido diz: 'Agora cale a boca e obedeçam-me.' Desde esse momento o povo e o partido não têm mais a liberdade de interferir nos assuntos do líder". Ludendorff diz que gostaria de uma democracia desse tipo, e Weber arremata: "Depois o povo pode fazer o seu julgamento. Se o líder cometeu erros, que seja mantido na prisão".

Max Weber não era qualquer um. Felizmente para ele, Weber morreu em 1920, treze anos antes da ascensão de Hitler na Alemanha. Em todo o caso, sua visão da democracia representativa tornou-se, certamente, parte disso, que veio a se chamar, depois, o espírito de Weimar. Difícilmente alguém poderia profetizar a tragédia do nazismo na Alemanha com mais clareza do que Weber nesse diálogo. Também não creio que nenhum crítico das estreitezas do liberalismo quanto ao sistema representativo poderia ir tão fundo na qualificação das responsabilidades dos liberais pela tragédia do totalitarismo. É a isso que conduzem, no limite, as pequenas fraudes do princípio representativo. Pavimentam o caminho para a grande usurpação — sempre catastrófica — do fascismo.

Os riscos da exaltação da democracia direta são, de hábito, apresentados como diametralmente opostos aos da democracia representativa. É assim, de fato.



Maurício Simonetti/UF4

Socialismo: uma luta complexa pela hegemonia democrática

Mas acabam levando a resultados semelhantes.

A exaltação do princípio representativo é um dos principais álibis para os golpes de Estado que conhecemos na história do Brasil e da América Latina. Se parcelas da população se organizam e reivindicam, sempre aparece alguém para dizer que é o caos que se aproxima. "O governo não decide sob pressão". Não é essa uma frase comum na boca de muitos dos nossos governantes? Mas por que não deveriam decidir sob pressão? A pressão dos grupos de pressão não é precisamente um mecanismo de funcionamento das democracias modernas?

Mas a história registra também inúmeros exemplos em que a exaltação da democracia direta acaba criando álibis para golpes e para a ditadura. O corporativismo fascista — um simulacro de democracia direta — permitiria relacionar quantidades de casos. Mas deixemos de lado, neste caso, os fascistas. Tomemos os riscos da democracia direta onde ela é tomada realmente a sério, ou seja, na história da esquerda revolucionária.

O exemplo clássico — mas de modo algum único — é o da supressão da Assembleia Constituinte na revolução russa. Os bolcheviques, então no poder, diziam que a Constituinte, eleita antes de outubro, não representava mais o povo. A prova disso, diziam, estaria no curso da revolução, apoiado sobretudo nos soviets. Até este ponto, posso admitir que estavam com razão. Mas se isso era certo, por que não convocar eleições para uma nova Constituinte? Não o fizeram. E deu no que deu, ou seja, na supressão da democracia representativa e no esvaziamento da democracia direta. Rosa Luxemburgo criticou isso tudo no devido tempo.

Crítica atual

O exemplo maior, porém, é o do sistema do partido único ou, conforme a Constituição da URSS, do "partido dirigente". A propósito, por que definir, na Constituição, que determinado partido é "dirigente"? O argumento é, no essencial, o mesmo que leva à anulação do direito de greve. Se a classe operária

estaria, por assim dizer, diretamente embutida no Estado, ela não poderia ter mais do que um partido, precisamente aquele que criou o Estado operário. Anula-se assim o princípio democrático representativo do pluripartidarismo e criam-se as condições para um inevitável afastamento entre a classe operária realmente existente e as burocracias estatais e partidárias que dizem representá-la. É, de novo, a usurpação do poder.

Quando Max Weber estava em sua comissão em Versalhes, a líder revolucionária espartaquista Rosa Luxemburgo esta-

consequência) uma ditadura, por certo, mas não ditadura do proletariado e sim a de um grupo de políticos, isto é, uma ditadura no sentido burguês, no sentido do governo dos jacobinos (...) Podemos ir ainda mais longe: essas condições devem causar inevitavelmente uma brutalização da vida pública, tentativas de assassinato, caça de reféns etc.”

Representação e participação direta são aquisições irrenunciáveis da democracia e das revoluções do mundo moderno. São duas formas de participação popular que aprimoram a democracia e a

voz. Mas isso não ajuda em grande coisa. Será em cima das questões concretas que se há de construir no país alternativas de poder popular que no futuro venham a se constituir como base de uma nova sociedade socialista e democrática. E quem continuar sonhando que o poder é algo que apenas se toma, terá de passar pela experiência de construí-lo na luta do dia-a-dia. Ou isso, ou o poder que realmente tem de ser tomado não o será nunca.

A democracia pela qual lutamos será socialista? Quem vem observando, ao longo dos anos, as muitas maneiras pe-



Princípio representativo: pretexto comum para golpes de Estado

va em uma prisão em Berlim. Era o início do primeiro governo social-democrata da Alemanha, o de Friedrich Ebert. Rosa, a Vermelha, era a mais dura dos seus críticos de esquerda. Mas se era implacável com a social-democracia, era também extremamente atenta ao que acontecia na Revolução Russa. Rosa morreu assassinada, junto com Karl Liebknecht, por alguns oficiais reacionários alemães, em 1919, alguns anos antes do início do stalinismo. Mas a sua crítica dos desvios autoritários da revolução russa permanece atual até hoje.

Vale a pena ler: “Em lugar dos organismos representativos surgidos de eleições populares gerais, Lênin e Trotsky implantaram os soviets como única representação verdadeira das massas trabalhadoras. Mas com a repressão da vida política no conjunto do país, a vida dos soviets se deteriorará cada vez mais. Sem eleições gerais, sem uma irrestrita liberdade de imprensa e de reunião, sem uma livre luta de opiniões, a vida morre em toda instituição pública, se torna mera aparência de vida, ficando apenas a burocracia como elemento ativo (...) (surge em

capacitam para constituir-se como espaço de transformação da sociedade.

Luta socialista

A democracia no Brasil será socialista? Sim, se os que lutam pelo socialismo fizerem por merecer. E uma das maneiras de merecê-lo está em compreender que não chegaremos jamais ao socialismo sem uma vastíssima e complexa luta pela hegemonia democrática. Uma luta que envolve um número enorme de questões há muito resolvidas pelo capitalismo em várias partes do mundo, mas também algumas — por exemplo, a reorientação da política econômica e o controle sobre o funcionamento do grande capital — cujas soluções se colocam na fronteira do socialismo.

A pior maneira dos socialistas enfrentarem uma luta tão ampla e completa será de converterem as idéias do socialismo em mero artigo de propaganda. Quem vive por aí gritando “viva o socialismo” a propósito de tudo e de qualquer coisa, poderá sentir-se interiormente satisfeito por ouvir o som da própria

las quais os trabalhadores afirmam a sua independência na política, pode admitir também que não está longe o dia em que ultrapassem o estágio atual das suas lutas de resistência para apresentar-se ao conjunto da sociedade brasileira com alternativas próprias de poder. Nesse dia, o socialismo deixará de ser consigna abstrata de uns quantos para se converter no programa concreto de transformações que a maioria preconiza para a sociedade brasileira. O passado de nossa tradição conservadora e autoritária pesará apenas sobre os seus legítimos herdeiros, os conservadores e os autoritários. E já não haverá, na esquerda e no movimento operário e popular, equívocos sobre o sentido da democracia e o significado da revolução. É que, então, a luta pela democracia será também a luta pelo socialismo.

Francisco C. Weffort é professor de Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (Cedec). Autor, entre outros, de *Por que democracia?* (Brasiliense).

Este seria, supostamente, um momento de transição no processo político brasileiro. Ele suscitou inicialmente, com o fim do regime autoritário, grandes esperanças, sendo visto como uma espécie de momento "fundacional" em que se lançariam as bases de uma democracia estável e de uma estrutura social transformada. Depois, com as vacilações e a crise da "Nova República", tais esperanças refluíram — e já agora, não obstante o sinal positivo representado pela conclusão dos trabalhos da Assembléia Constituinte —, as indagações sobre o significado e o vigor dos fatores de continuidade e mudança na vida política do país ressurgem com renovada angústia.

Entre nossos historiadores e cientistas sociais, há os que não enxergam senão continuidade. Para estes, as características autoritárias do regime recente não são mais que a reiteração de uma tradição de origens remotas (ibéricas, talvez), ou mesmo a manifestação de algo como um "caráter nacional" brasileiro. Outros estudiosos, de olhos postos nos meandros de curto prazo da dinâmica sócio-política brasileira da atualidade, são levados a uma espécie de perseguição mói-pe aos eventos na qual só se vê mudança: da ruptura da democracia ao regime autoritário, deste à abertura e à "transição" — mas transição para onde, se a fluidez é a norma e na mudança não se apreende qualquer lógica ou estrutura?

Há, contudo, uma alternativa mais lúcida. Ela diagnostica os problemas políticos de nosso presente em termos de uma crise constitucional não resolvida, a ser entendida em sentido sociologicamente denso que não se esgota no plano jurídico-organizacional, embora tenha aí uma dimensão relevante. Tal crise é, por um lado, a consequência das transformações deflagradas na estrutura sócio-econômica do país pela aceleração do desenvolvimento capitalista e pelos processos de industrialização e urbanização, os quais resultam na criação de novas categorias e classes sociais em sua gradativa e tensa incorporação à cena política. De outro lado, porém, a crise constitucional, produzida pela necessidade de acomodação no convívio de atores sociais importantes, configura um traço *duradouro* da dinâmica sócio-política brasileira das décadas recentes — e a fluidez e os vaivéns da cena política não são senão a manifestação da permanência dos impasses fundamentais que lhe correspondem.

Nessa perspectiva, o fato de termos ti-

Continuidade e mudança

Fábio Wanderley Reis

Há muitas razões para a impaciência no atual quadro brasileiro. Mas, a perspectiva de uma estabilidade democrática que combine continuidade e mudança, passa pelo reconhecimento dos "partidos-frente" heterogêneos



Douglas Mansur.

do de enfrentar a tarefa de elaborar uma nova Constituição (ainda que tenha sido possível levá-la, de certa forma, a bom termo) não tem por que ser visto como razão de otimismo, assim como a penosa experiência autoritária que o ocasionou diretamente nada tem de alvissareiro. Longe de representar a realização das virtualidades de um suposto "momento fundacional" que se tivesse feito preceder de um trabalho de "terraplenagem" capaz de permitir a construção de instituições com perspectivas de durabilidade, a Constituinte, cujo trabalho se encerra, é antes uma vicissitude da própria crise, cujos fatores sócio-econômicos e de psicologia coletiva certamente subsistem. Um aspecto importante dessa maneira de entender a atual conjuntura política é o reconhecimento de que o que se encontra subjacente às disputas travadas nos debates de nossos constituintes é uma questão de relações reais de poder

avanços reais nessa direção na ausência da democracia política ou "liberal", a qual, naturalmente, se consubstancia na vigência estável de um estatuto constitucional. Não creio que se possa pretender responder afirmativamente a tal questão. Pois no vale-tudo, como nosso passado recente nos deveria ter ensinado, as chances são de que nos vejamos submetidos de novo à truculência dos que detêm o controle das armas — em circunstâncias em que, ademais, a afinidade do autoritarismo político com os aspectos mais negativos da dinâmica própria de nosso capitalismo ainda imaturo e "selvagem" tende a manifestar-se sem peias, tornando vã a esperança de que possa ter, num futuro visível, reais efeitos democratizantes no plano social.

Daí decorrem conseqüências duras, se vistas com olhos impacientes (e há, de certo, muitas razões verdadeiras para impaciência). Assim, se a democracia política

po de presença institucional mais efetiva. Assim se buscaria assegurar seu intercâmbio político-institucional normal com os vários segmentos que compõem a sociedade brasileira e neutralizar o caráter de quisto armado e paranóico que sua inserção na vida política brasileira têm exibido, criando-se condições que talvez viessem a permitir reeducar politicamente os militares pela via institucional.

Por seu turno, se as características intelectuais e sócio-psicológicas (ou ideológicas) das parcelas majoritárias de nosso eleitorado popular são deficientes, com desinformação e alheamento perante o processo político e suscetibilidade aos mecanismos próprios do populismo, do clientelismo e assemelhados, seria preciso reconhecer a necessidade e eventualmente as virtudes de nossos "partidos-frente" heterogêneos e deixar de sonhar com uma estrutura partidária assentada em puros partidos ideológicos — os quais, por outro lado, na forma que assumem, entre nós, nos sonhos de certas correntes de opinião, envolvem uma idealização do processo político que não corresponde à realidade de qualquer país.

Finalmente, se a tradição "corporativista" e a iniciativa estatal são um dado estável de nossa realidade política, e se, nos "anéis burocráticos" informais de certos diagnósticos, a aparelhagem do Estado se mostra inevitavelmente sensível aos interesses empresariais, seria preciso, em vez de clamar obtusamente contra o corporativismo, que se buscasse, através de um corporativismo assumido, institucionalizado e submetido de maneira transparente ao controle do Poder Legislativo e da opinião pública, neutralizar o viés social do Estado que aí se manifesta e que é facilitado pelas precárias condições de mobilização e organização autônomas dos "setores populares" — as mesmas condições que inviabilizam entre nós os partidos ideológicos. Não obstante a pesada carga negativa que marca no país a idéia de corporativismo, a estrutura corporativa que assim se configurasse provavelmente justificaria a aposta de vir a representar um fator favorável à estabilidade democrática, viabilizando o "pacto social" de que tanto se tem falado.

Cabe esperar que terminemos por aprender, talvez a longo prazo, a conciliar continuidade e mudança. E que o preço a pagar por esse aprendizado não seja excessivo.

Fábio Wanderley Reis é doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard e professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Organizou, com Guillermo O'Donnell, *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas* (Vértice).



Militares: reeducação política pela via institucional

no plano da sociedade e, especialmente, do sistema sócio-econômico. Ora, uma questão dessa natureza não comportará equacionamento estável se este não representar algo mais do que o mero resultado "artificial" de deliberações no fórum da Assembléia Constituinte. Por outras palavras: uma Constituição só "pegará", só ganhará condições de vigência duradoura enquanto enquadramento institucional do jogo político-econômico cotidiano, se for antes de mais nada a expressão apta das relações de poder prevaletentes.

Esse elemento de realismo é crucial mesmo para aqueles que se encontrem empenhados na transformação bem-sucedida das condições estruturais de grande desigualdade social atualmente existentes em nosso país — e, talvez, sobretudo para eles. Uma ponderação decisiva a impor-se aos que anseiam pela transformação social e pela realização, em última análise, de uma democracia de efetivo conteúdo social é a de se caberia esperar

ca é necessária, é preciso reconhecer que ela é antes de tudo compromisso — e, em sua convivência com o capitalismo, compromisso inevitavelmente assimétrico, em que os interesses do capital tendem em princípio a prevalecer. Se a corporação militar subsiste como poder real e autônomo mesmo superado o regime de autoritarismo aberto, seria preciso ter, no interesse de eventualmente domesticá-lo a prazo mais longo, a ousadia e a criatividade necessárias para processar institucionalmente esse aspecto de nossa realidade política: ao invés do mero jogo de faz-de-conta que se observou nos debates de nossa Constituinte sobre o papel dos militares (que se resumiram, no fundo, em decidir sobre se iria ou não proibi-los de dar golpes, como se tal proibição tivesse de fato o poder de alterar de maneira significativa os termos do problema), tratar-se-ia de procurar regular o jogo "real" que os tem como participantes, dando ao decisivo ator militar algum ti-

TRANSIÇÃO

O mangue democrático

Sem milagre ou revolução à vista, precisamos estocar alimento para uma longa caminhada. E não adiantarão sonhos pequenos e pressa

Márcio Santilli

Não há milagre ou revolução à vista. Nos assalta a crise dos sonhos, a síndrome dos pesadelos. Somos cada vez mais o país dos horizontes curtos, da bóia do dia, do lucro da semana, da eleição do ano.

Não há muito o que falar sobre o desmanche chamado governo Sarney, onde os veículos de mudança, saqueados na transição, são transformados num carrossel de agonia. A recente reforma ministerial foi contundente: o espaço político do PMDB está, afinal, ocupado pelo mais velhaco oportunismo. A composição do governo consolida a opção pelo desvio continuista. Sem o arroz com feijão do Mailson à mesa, e só com o retrato do Leônidas ao fundo, o quinto ano de Sarney vai ser de amargar.

Há os que pregam, com cinismo, a volta dos militares ao governo para o restabelecimento da autoridade, que estaria comprometida já nos ensaios da democracia. Órfãos da ditadura levantam dúvidas sobre a posse do presidente que será eleito. Mas aos militares também faltam projetos. Mesmo que queiram e que possam restaurar o total controle sobre o governo, estariam diante da crise por eles criada. A ameaça do golpe parece ser a eterna companheira da democracia



indigente mas, golpe mesmo, já não se faz como antigamente.

Delírio e tragédia

Enquanto isso, o país mergulha na recessão, rumo aos 1.000% de inflação ao ano, com o governo se dizendo disposto a pagar uma dívida impagável. Até a saída clássica do aumento das exportações está bloqueada pelo crescente protecionismo das economias do Norte.

Os empresários fazem de conta que o privatismo constitui um projeto político suficiente para enfrentar as agruras

desses dias, após terem perdido a oportunidade histórica do pleno exercício do poder, através do primeiro Plano Cruzado. A despolitização dos empresários é desagregadora, pois, para eles, tudo é naturalmente moderno: a redução do papel econômico do Estado, o delírio da especulação hiperinflacionária, a transferência para o exterior da poupança interna e dos recursos naturais, além da generalização da miséria.

Aos assalariados, a tragédia. Após o cruzado dois, a economia refluíu para uma voraz expropriação salarial, promovendo a degradação da vida social, a con-



Nova carta: gosto de passado e aroma de futuro

corrência sôfrega no mercado de trabalho e novos fluxos de desemprego e de marginalidade. É provável o crescimento das lutas salariais, mas o movimento popular só construirá alternativas políticas se puder superar a tentação corporativista. Na melhor das hipóteses, ainda estaremos a anos-luz da revolução.

Ponte de equilíbrio

A Constituinte expressa politicamente a crise de hegemonia que paralisa o país. O processo de institucionalização segue moroso e difícil, resultando num texto pactado, uma engenhosa ponte de equilíbrio sobre o abismo do impasse. Apesar da opção presidencialista, do anacronismo agrário e dos bedelhos de Sarney, a Constituição será o denominador comum possível para a redefinição das correlações de forças que o futuro exigirá. Vem com um gosto de passado e com um aroma de futuro.

O processo constitucional estourou as comportas partidárias. O PMDB se

desfigura pela direita e se desagrega pela esquerda. O surgimento do PSDB consolidou a dissidência e exerce forte atração sobre outras forças do PMDB. Entre o sarneyismo e a dissidência, o PMDB poderá cair no vazio: nem o governo e nem o povo.

À direita, fracassou o projeto liberal do PFL, e as forças conservadoras se fragmentam em legendas menores como o PL, o PDC e o PTB. À esquerda, já se chega ao limite da fração, estando definidos três pólos principais — PSDB, PDT e PT, e outros menores — PCB, PC do B e PSB. Graças às políticas de alianças, o processo de fragmentação partidária não impediu os pactos constitucionais, mas ainda não é possível avaliar o seu impacto sobre a base eleitoral. Que o PMDB perderá votos, está claro. Para onde irão, não está.

É pouco provável que o quadro partidário constitua imediatamente um bloco de forças políticas como alternativas de poder. Assim, não podemos descartar a hipótese de um vendaval do passado. Uma coligação que tivesse por base o

PSDB e o PT poderia levar um candidato ao segundo turno das eleições presidenciais de 89. Sem ela, é provável uma decisão entre duas das três forças mais tradicionais: Jânio, Brizola e PMDB.

Acúmulo de frustrações

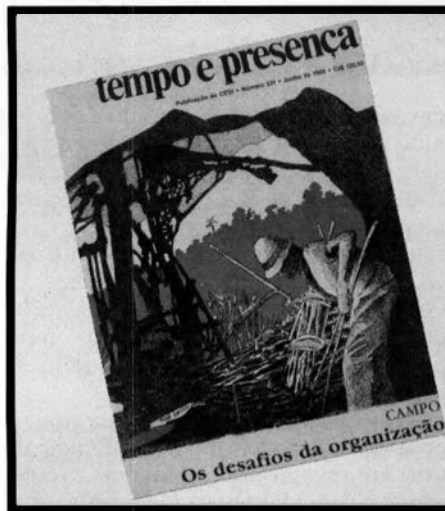
Superadas as dificuldades iniciais da Constituinte, a transição chega à Estação Primeira de Mangueira: ao manguê democrático. Estação da ruína nacional, assombrada por todos os fantasmas de um povo que nunca viveu uma revolução. Aqui chegamos acumulando frustrações. Daqui seguiremos por um caminho escuro, cheio de ciladas, que começa pelo calendário eleitoral dos três anos seguintes.

É legítimo perguntar se há luz ao final desse túnel. A desesperança popular aposta que não. O paradigma do Brasil continente reafirma que sim. A verdade é que a história não pára: ou procuramos a luz, ou afundamos no desvio. Podemos radicalizar a pergunta: ainda estamos vivos? Os que, entre nós, ainda estiverem, tentarão prosseguir, a pé ou de trem, pelo menos até a próxima estação.

Sendo obscuro o destino, convém preparar bom alimento para o caminho. Vale a pena investir na maior solidez democrática dos partidos, sindicatos e movimentos sociais, na formação de quadros e na produção de informação mais qualificada.

Uma última sugestão: devemos sentir os ventos do mundo, atentos à formação dos blocos supra-nacionais da Europa e da América do Norte e à reestruturação do leste socialista, processos que indicam as tendências mundiais para o próximo século. Não nos adiantarão os sonhos pequenos e, tampouco, a pressa.

Márcio Santilli, ex-deputado federal (PMDB-SP), é membro do Conselho Editorial de *Tempo e Presença*.



Leia e assine a revista Tempo e Presença

Assinatura anual Cz\$ 2.000,00 Assinatura de apoio Cz\$ 3.000,00
América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Tempo e Presença é uma publicação mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares. Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Faça sua assinatura através de *cheque nominal* para o CEDI,
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

Nos tempos atuais generalizou-se a aceitação da necessidade de existência do que se chama um "estado de direito" em cada país, através de regime constitucional e legal. Afora a Grã Bretanha, com sua história de leis constitucionais dispersas e costumes, praticamente todos os Estados independentes possuem uma Constituição codificada e organizada como tal. Os povos que passaram recentemente por experiências revolucionárias — emancipações na África e Nicarágua, como exemplos — trataram de construir instituições jurídicas e formular sua Constituição.

Portanto, não é de se pensar que uma Constituição não seja importante ou que fosse possível o Brasil reorganizar a vida após prolongado regime militar sem um processo constituinte. Este, no entanto, geralmente é produto de uma situação anterior, de uma correlação de forças existente concretamente na sociedade e não pode, como alguns até com ingenuidade política acreditam, ele próprio ser causa de uma mudança revolucionária conquistada na prática.

Não seria razoável nem historicamente justificável, por exemplo, pensar que constituintes e constituições tivessem a capacidade e a potência para transformar uma sociedade capitalista em socialista, sem que houvesse ocorrido previamente a alteração real e concreta.

Outro aspecto é de que um ordenamento jurídico ou uma Constituição não possuem a força de inverter realidades como fazem literárias varinhas mágicas. Se assim fosse, a populosa República Popular da China há tempos teria se livrado do grave problema habitacional que enfrenta e contra o qual luta tenazmente com o máximo de sincero esforço, ou não teríamos em países de concepção revolucionária as filas para a aquisição de alimentos ou outros mantimentos. Isto é, não se pode ter a expectativa, por exemplo, de que o fato de escrever uma nova Constituição leve de pronto a não se ter mais fome ou o problema habitacional fique resolvido.

Atores políticos

Estas colocações iniciais são feitas para desmistificar em todos nós a alienação e o comodismo das visões milagreiras, das expectativas que atribuem a líderes, instituições ou fatos a capacidade de operar transformações automáticas e soluções instantâneas. A noção do caminho,

CONSTITUIÇÃO

O primeiro passo

João Gilberto Lucas Coelho

Depois de dezenove meses de trabalho, a Assembléia Nacional Constituinte ampliou os direitos coletivos e individuais dos brasileiros. Mas o caminho rumo à consolidação da ordem democrática será longo e sofrido



Agência Folhas/Luiz Marques

geralmente longo e penoso, da luta, das etapas, da prática, deve estar muito presente, porque é com ela que nos descobrimos titulares da história e não seus meros produtos, agentes da mudança e não seus passivos beneficiários, ou seja, que nos encontramos cidadãos e atores do jogo político e social.

Agora, é possível refletir sobre a Constituição como instrumento na construção democrática. Vai ajudar? Vai atrapalhar?

Alguém fará um quesito preliminar: que democracia? E como ela se presta para visões diferentes, é claro que as observações adiante podem ganhar maior colorido ou perder um tanto sua força. A democracia, por enquanto no plano políti-

co, é vista como o governo do povo, a sociedade construindo instituições e regras. Ela é direta, quando as decisões são tomadas por todos, com igualdade de peso, nas assembleias, em movimentos de base, na experiência de pequenas comunidades. Ela é representativa ou indireta quando uma coletividade atribui a representantes o poder de decidir e governar.

As democracias representativas tornaram-se regra geral na complexidade do mundo atual. Teorizada pelos liberais na Revolução Francesa e após ela, generalizou-se a ponto de não existir qualquer estado nacional, capitalista ou socialista, liberal ou revolucionário, que seja hoje capaz de ter uma democracia dire-



Um novo período?

ta. Os mecanismos da representação tornaram-se necessários, mas, também, possibilidades e instrumentos de enormes manipulações, intermediações e engenharias, que afastam muito os representados do real exercício do poder.

Passos importantes

Crescentemente democracias liberais e revolucionárias evoluem para práticas intermediárias, processos decisórios com um grau maior de participação de todos. Mistura-se a necessidade da representação com a viabilização de intervenções diretas dos representados. Tais sistemas variam muito, desde os que permitem uma permanente mobilização e participação até os que apenas abrem possibilidades esporádicas.

A Constituição futura abre portas de democracia participativa. Reconhece que a soberania popular não se exerce apenas pelo voto, mas também por iniciativa legislativa, referendo e plebiscito, os quais não regulamenta em profundidade e deixa à lei e à criatividade de estados e municípios disciplinar e viabilizar. É a primeira vez que deixamos a tradicional democracia representativa e instituímos mecanismos participativos. Uma possibilidade importante e construtiva, que tem ainda muito por ser trabalhada para ser conquistada e afirmada.

Outro grande passo da nova Carta é o reconhecimento do papel de atores na formação da vontade estatal às organizações da sociedade civil, isto é, associações e movimentos que surgem de forma espontânea e livre. Estas ganham iniciativa administrativa e judicial em nome de seus associados, titularidade processual, participação no planejamento e

na definição de políticas, presença na gestão de alguns serviços públicos. É uma questão particularmente curiosa e rica, porque o Estado não pode intervir nas associações, e estas passam a ter algum grau de intervenção naquele.

Ainda há que se levar em conta o surgimento da figura dos "direitos coletivos". Eles são inovação forte em nosso sistema jurídico, todo ele embasado até aqui na concepção individual que nos vem do direito romano. Uma reunião ou uma associação passam a ser titulares de um novo direito, diferente da mera soma de direitos dos seus membros ou da manutenção destes. A mudança acontece com alguns limites, com muito o que fazer adiante, na revisão de práticas e códigos.

Nova concepção

O velho debate entre centralismo e descentralização, entre o caráter modernizante que teria o poder da União e a vontade democrática de autonomia que as comunidades locais portam, é organizado no novo texto constitucional em duas dimensões: acentua-se a existência de planos, políticas e planejamento nacional e é fortalecida a execução a nível local e a sua adequação às características próprias da região.

Na prática, isto representa maiores recursos e atribuições aos estados e municípios, o que era um discurso muito difundido entre nós, mas encontra resistências na aplicação, pelos vícios que o autoritarismo criou e acomodação de pessoas e instituições.

Não se pode desconhecer que, pela primeira vez, temos uma Constituição que começa por organizar direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, pelo indivíduo e pela sociedade, para depois estruturar o Estado, os poderes e as instituições públicas. É uma nova concepção básica, muito importante. Igualmente, a Constituição procura instrumentar cidadãos e coletividades com um arsenal de mecanismos jurídicos, participativos e outros, para assegurar o seu cumprimento, a realização das garantias e dos direitos.

A democracia política, a sociedade civil, a participação dos cidadãos, a construção da liberdade individual e da vida coletiva saem muito fortalecidas do processo e do texto da Constituição. Sem apego a carismas e magias, temos à mão ferramentas novas e vigorosas que poderão ser bem utilizadas para resultados na caminhada e na luta.

Já os aspectos que dizem respeito a uma democracia social e econômica ficam um tanto mais limitados. O texto reconhece alguns princípios básicos do capitalismo — a livre iniciativa e a proprie-

dade privada dos bens, dá-lhes *status* igual ao do trabalho e de direitos como a liberdade e a vida.

Caminho longo

O apego à propriedade repete a tradição brasileira, diferente até daquela de alguns países capitalistas que já submetem o "direito à propriedade" às regras da lei e a outros valores. Por aqui, é positiva a noção da "função social" que parece ser colocada para o Estado, a propriedade e a empresa privada. Todavia, sem determinações claras e cabais. A distribuição da renda é apenas tocada lateralmente, através de mecanismos que melhoram as relações de trabalho, e são importantes, ou de direitos previdenciários e outros.

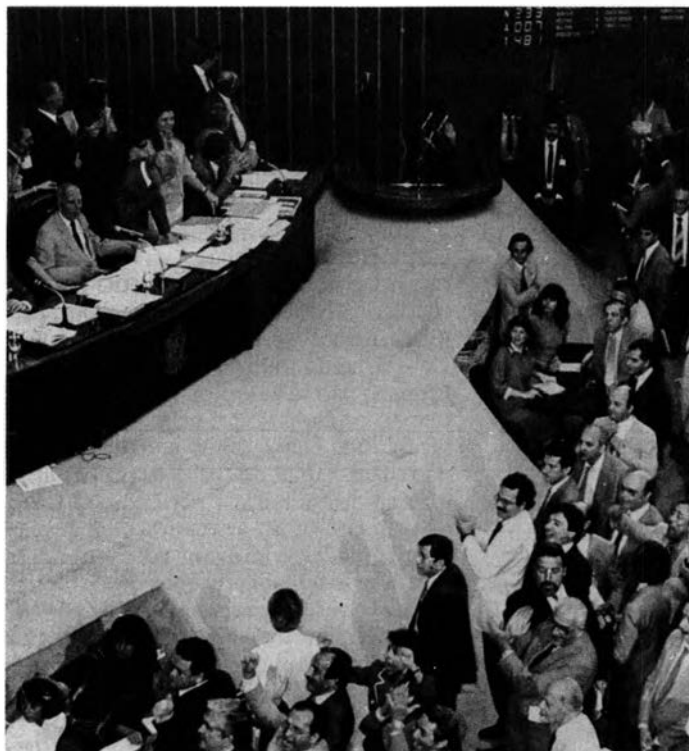
É significativa a direção de "estado de bem estar social" que o texto induz em relação ao papel público na seguridade, educação, saúde e temas ligados ao bem estar e à sobrevivência.

A democracia cultural está presente, igualmente com algumas limitações, e se aplica especialmente à igualdade étnica e à proteção de valores populares e regionais. Nunca uma Constituição brasileira combateu tanto a discriminação e o racismo e tentou dispositivos vários no sentido de garantir o caráter pluriétnico e multiracial de nossa sociedade.

Hoje é discutida a relação estado-sociedade-indivíduo nas sociedades industrializadas, nos países de socialismo real e nas experiências revolucionárias mais recentes. O Brasil rediscutiu de forma criativa no processo constituinte estas relações e o resultado no texto e, portanto, no plano relativo do institucional, foi positivo, representou avanço.

Ao responder-se à pergunta fundamental se a nova Constituição ajuda a democratização, constata-se que sim. Ela oferece ferramentas para tal. Abre portas. E é sempre melhor ter uma porta aberta do que a fechada, que se resolverá só arrombando. Nada com efeitos mágicos. Nada capaz de substituir a cidadania e seu exercício, a consciência política e sua aplicação, a organização social e sua luta. Não anoitecemos autoritários e amanhecemos democratizados. Nem tivemos ontem o poente do sol capitalista, para hoje madrugarmos no socialismo. Temos, sim, novos instrumentos, possibilidades e alguns meios para o caminho longo e a construção sofrida.

João Gilberto Lucas Coelho é professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília.



A nova etapa constitucional

Encerrada a Constituinte, tem início um amplo processo de reformulação no campo da legalidade. Será um novo espaço de luta política que reeditará, no plano jurídico, o confronto entre progressistas e conservadores

Pedro Dallari

Com o encerramento dos trabalhos de elaboração da nova Constituição brasileira, várias questões têm se colocado para todos aqueles seriamente engajados na luta pela construção de uma sociedade democrática, onde prevaleçam os interesses e reivindicações das grandes massas populares, oprimidas e exploradas. O que realmente aconteceu na Constituinte? Houve avanços? Qual deve ser a posição das forças progressistas com relação à nova Constituição?

É preciso dizer, inicialmente, que a Constituinte foi um espaço de luta política, mais um entre tantos onde tem se travado a secular disputa entre a perspectiva de mudanças estruturais para a sociedade brasileira e propostas voltadas para a manutenção do quadro social manifestamente injusto vigente desde sempre em nossa terra. Nesse sentido, a luta política que permeia toda sociedade também marcou a Constituinte e fez com que os resultados de suas votações fossem expressão da correlação de forças existente. Nem as forças progressistas conseguiram destruir os pilares de uma estrutura social arcaica e nem as forças conservado-

ras conseguiram impedir, como gostariam, muitos dos avanços almejados pelo conjunto da sociedade.

O cenário de conflito permanente que envolveu a Constituinte começou a se delinear desde antes de sua instalação. Convocada por pressão das forças progressistas — embora algumas tenham manifestado o seu ceticismo com relação ao caráter de “salvação da pátria” a ela atribuído —, a Constituinte sempre foi vítima da ofensiva das forças conservadoras, que procuraram obstaculizar qualquer tentativa de transformá-la em um espaço político capaz de propiciar mudanças de maior envergadura. As forças conservadoras, em perfeita sintonia com o governo Sarney, impediram a convocação de uma Constituinte exclusiva e impuseram o Congresso Constituinte, ficando os senadores e deputados encarregados da redação da nova Constituição; patrocinaram a formação de uma “comissão de notáveis”, com a função de fazer um esboço da futura Carta; financiaram, finalmente, as eleições mais caras da história do Brasil, elegendo um Congresso majoritariamente comprometido com a Nova República.

Vitória regimental

Instalada a Constituinte, em fevereiro de 1987, passou-se à elaboração do Regimento Interno que viria a disciplinar os seus trabalhos. E no Regimento foram incluídos diversos dispositivos defendidos pelas forças progressistas. Isso se deveu, de um lado, a uma grande pressão desencadeada pelas entidades e movimentos sociais e, de outro lado, a uma certa vacilação das forças conservadoras, certas de que as iniciativas realizadas antes da instalação da Constituinte garantiriam um texto bastante moderado, mas preocupadas com a legitimidade deste novo texto: se os progressistas perdessem todas as disputas logo de início poderiam até mesmo ser levados a abandonar a Constituinte. A presença de vários instrumentos destinados a garantir a participação popular no processo de elaboração constitucional (apresentação de sugestões, participação em audiências públicas, emendas populares) e a não adoção de um projeto de Constituição destinado a servir de texto base foram elementos regimentais muito importantes para o processo

que se desenrolou em todo o primeiro ano da Constituinte.

Sem um texto base, que certamente limitaria bastante a liberdade de ação dos deputados e senadores, e com uma significativa participação dos segmentos organizados da população em suas diversas fases, a Constituinte passou a elaborar a nova Constituição logo após a definição do Regimento Interno. Divididos inicialmente em 24 subcomissões e, posteriormente, em oito comissões, os senadores e deputados produziram 32 relatórios temáticos, com anteprojeto parciais do texto constitucional, que foram consolidados pela Comissão de Sistematização, tudo isso por meio de um trabalho metódico, que terminou apenas no final de 1987. A pressão popular e a ação organizada e articulada dos parlamentares e bancadas progressistas contribuíram decisivamente para que o texto integral que veio a servir de base para a votação no plenário da Constituinte, conhecido como projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, fosse bastante avançado em vários aspectos, despertando a ira das forças conservadoras que, com a colaboração explícita dos meios de comunicação, iniciaram um processo sistemático destinado a denegrir a Constituinte.

Reação conservadora

Extremamente descontentes com os rumos da Constituinte, as forças conservadoras articularam o autodenominado "Centrão", composto por deputados e senadores que se engajaram na luta pela

realização de modificações no Regimento Interno que, segundo eles, privilegiava as minoritárias forças progressistas. A alteração no Regimento veio a se consumir no início de 1988, fruto de uma ofensiva brutal das forças conservadoras, articuladas com o governo da Nova República, mas também de uma grande desmobilização das forças populares, que não atentaram, de maneira geral, para os avanços conquistados até então na Constituinte e para os riscos que os mesmos corriam.

Com o Regimento modificado de forma a permitir mais facilmente a reversão dos resultados dos trabalhos iniciais da Constituinte, iniciou-se o primeiro turno de votação em Plenário do novo texto constitucional. Entre fevereiro e junho de 1988 discutiu-se ponto a ponto cada dispositivo da nova Constituição, numa luta renhida entre conservadores e progressistas, travada nos gabinetes, em Plenário e em debates públicos que, em muitos momentos, atraíram a atenção de grande parte da sociedade brasileira. As forças conservadoras obtiveram diversas vitórias e garantiram um texto que, entre outras coisas, manteve a presença sufocante das Forças Armadas no cenário político nacional, obstaculizou a realização da reforma agrária e assegurou ao presidente Sarney mais um ano no poder.

Em contrapartida, as forças progressistas conseguiram manter muitas das conquistas da fase das comissões e subcomissões como, por exemplo, o direito amplo de greve, o voto aos dezesseis anos, a defesa da economia nacional e a criação de vários instrumentos destinados à

defesa dos direitos e garantias fundamentais. O texto produzido ao final do primeiro turno era desigual, na medida em que, sem romper com elementos fundamentais da estrutura social conservadora do país, contemplava inúmeros avanços capazes de propiciar melhores condições de luta para as forças comprometidas com a transformação efetiva da sociedade brasileira.

Novo campo de luta

Com o início do segundo turno de votação, em julho deste ano, uma interrogação ficou no ar. Haveria grandes alterações com relação à matéria votada no turno inicial? A resposta foi negativa. Contrariando muitas expectativas, praticamente não se modificou, na substância, o texto oriundo do primeiro turno de votação. Na etapa relativa à elaboração da redação final do texto constitucional, o mesmo resultado se verificou. O texto do primeiro turno permaneceu, com suas ambigüidades, com avanços e retrocessos, espelhando a realidade brasileira e o estágio da luta social no país.

Encerrada a Constituinte, não está concluída a etapa de alteração das regras institucionais do Brasil. Tal etapa está apenas no início. A nova Constituição, encontrando-se promulgada, vem desencadear um processo amplo de reformulação no campo da legalidade. Serão elaboradas as Constituições estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios, além de toda a legislação complementar e ordinária. Os juristas farão a interpretação do significado e do alcance efetivo dos novos ordenamentos. Os tribunais definirão a nova jurisprudência, ou seja, o entendimento realmente válido com respeito ao novo direito. Cada atividade destas — a elaboração constitucional e legislativa, a construção da doutrina e a definição da jurisprudência — representa um novo espaço de luta política, no qual, mais uma vez, estarão se defrontando perspectivas de mudanças, de avanço, e perspectivas conservadoras, até mesmo de retrocesso.

A sociedade brasileira vive hoje um momento vital, no qual está delineado um cenário de mudanças. Cabe à ela, principalmente às suas forças mais vivas, romper com a tradição de que os momentos de transformação no Brasil são simples pano de fundo para a acomodação de relações de dominação que consagram a perpetuação de uma elite que oprime e explora a imensa maioria da população.



Constituição: depois da promulgação, um novo campo de luta

Pedro Dallari é advogado e assessor jurídico da bancada do PT na Constituinte.

Tudo indica que uma tomada de consciência realmente importante deve começar após os trabalhos da Constituinte. Muitas coisas ficaram claras no decorrer das batalhas que caracterizaram este período. Há, em primeiro lugar, a evidência de que não temos no país um quadro partidário claro que realmente represente os diversos setores da sociedade ou que preencha os anseios mínimos da população que continua frustrada, iludida e cansada de tantos casuísmos, de tantas negociatas e de tantos arranjos que envergonham uma nação que necessita encontrar o seu rumo, sua destinação histórica.

Creio que agora fica mais claro que a maneira de se fazer política deve sofrer a alteração básica necessária para que os diferentes setores populares apareçam com mais nitidez no cenário político para dar o tom de suas reivindicações e marcar sua presença inovadora nos processos decisórios. Embora a própria Constituinte tenha decorrido num clima antigo e superado de representantes que não representam e de parlamentares atados aos seus interesses pessoais, vários foram os caminhos e as vertentes que puderam mostrar a força e a presença dos setores populares na Assembléia Nacional Constituinte. Fossem outros os parlamentares (ou que fossem eleitos por outros processos que não os viciados currais eleitorais) a história teria sido inteiramente outra.

Resta agora a rearticulação partidária e, nos processos de escolha, saber como o procedimento será alterado.

Função pedagógica

Em seguida ficou evidenciado (talvez como nunca em nossa prática política) a que lado pertencem os vários parlamentares e políticos, que por malabarismos e manipulações sempre se travestiam de representantes populares. Dissipando-se gradativamente as brumas da ditadura, estamos vendo, face à face, a verdadeira atuação de vários líderes políticos e enxergando com maior clareza as ligações que mantêm. Basta para isso lembrar a reação furiosa de alguns parlamentares do Centrão quando sindicatos e movimentos populares estamparam seus nomes em praça pública evidenciando sua participação contra os interesses da maioria da população. Esta é uma tarefa que tem de continuar para que o quadro partidário e os compromissos reais sejam mostrados para os eleitores. Sim, porque

CONSTITUINTE

Antes e depois

Lysâneas Maciel

A Assembléia Nacional Constituinte não respondeu aos anseios da população brasileira, mas serviu para mostrar quem é quem no jogo político. Agora, cabe ao povo alterar a relação com seus representantes e mudar realmente a face social do país

em campanha, até os piores setores do Centrão se dizem defensores dos interesses populares. Nossa principal tarefa é manter vivo na memória da população o desempenho desses homens. Tudo indica que o próprio povo saberá cortar da vida pública os elementos que não defendem seus interesses.

Na verdade este é um momento didático por excelência. A tarefa de um político realmente voltado para os interesses da população oprimida é eminentemente pedagógica, não no sentido de "ensinar ao povo como votar", mas aquela do aprendizado mútuo, da troca saudável de experiências e de conhecimentos mútuos. Aprovada a Constituinte devemos voltar nossas atenções para a ação política calcada na relação parlamentar-eleitores-Parlamento de uma forma clara e amplamente discutida e, aí sim, elaborar uma nova relação com o poder, lutar firmemente pela sua descentralização e contra o monopólio de decisões conforme se concentra hoje nas mãos dos parlamentares. Grande parte do nosso problema se resume, hoje, no fato (inegável) de que nossa democracia representativa não é representativa.

A tarefa de torná-la realmente representativa se apresenta como nossa principal atividade política para os próximos anos. Quero chamar a atenção, também, para o fato de que não estou inventando tudo isto, mas apenas mencionando tendências que se vão implantando gradativamente na prática cotidiana dos setores populares. O grave problema é que mesmo alguns parlamentares progressistas ainda não alteraram sua maneira de fazer política no dia-a-dia de suas atividades porque certamente ainda não sabem

como fazê-lo no decorrer de seu relacionamento com as bases que o elegeram.

Ação conseqüente

Não adianta muito lamentar porque não foi feita a Constituinte que queríamos e não adianta mais deplorar o fato de que não teremos eleições ainda este ano para presidente da República. Com este Parlamento, que se mostrou especialmente insensível aos apelos e às necessidades do povo, o que precisamos fazer é aproveitar o que o momento tem de esclarecedor e revelador batalhando rapidamente para a alteração das relações que o povo mantém com seus representantes, exatamente em cima das experiências colhidas na elaboração da nova Carta. Do exame do que aconteceu, como aconteceu, e das articulações que foram feitas para alterar resultados esperados e desejados pela população, deverão sair luzes para que diretrizes de uma ação política mais conseqüente sejam traçadas.

De qualquer maneira o desnudamento inequívoco a que foram submetidos os parlamentares trouxe elementos maiores e mais nítidos para a compreensão da trama política a nível nacional, e as conseqüências desta trama se fizeram notar. Quando, por obra dos movimentos populares, o repúdio a estas atitudes for nítido, creio que a face social do país começará a mudar, para melhor e substancialmente. O que não podemos é deixar impunes aqueles que abertamente traíram os anseios populares.

Lysâneas Maciel, 61, advogado, é deputado federal (PDT-RJ).

CONSTITUINTE

Um balanço cauteloso

Os programas do CEDI acompanharam de perto o desenvolvimento dos trabalhos constituintes e fazem uma avaliação de seus resultados. De um modo geral, existem avanços, mas as lacunas são significativas e a pressão da sociedade é o único meio de incidir favoravelmente no processo de ordenamento jurídico. Numa área específica, o campo, houve um retrocesso com a derrota da reforma agrária reivindicada pelos trabalhadores rurais que devem partir, agora, em busca de novas perspectivas para suas lutas

EDUCAÇÃO

Novos caminhos

Maria Clara Di Pierro Siqueira e Orlando Jóia

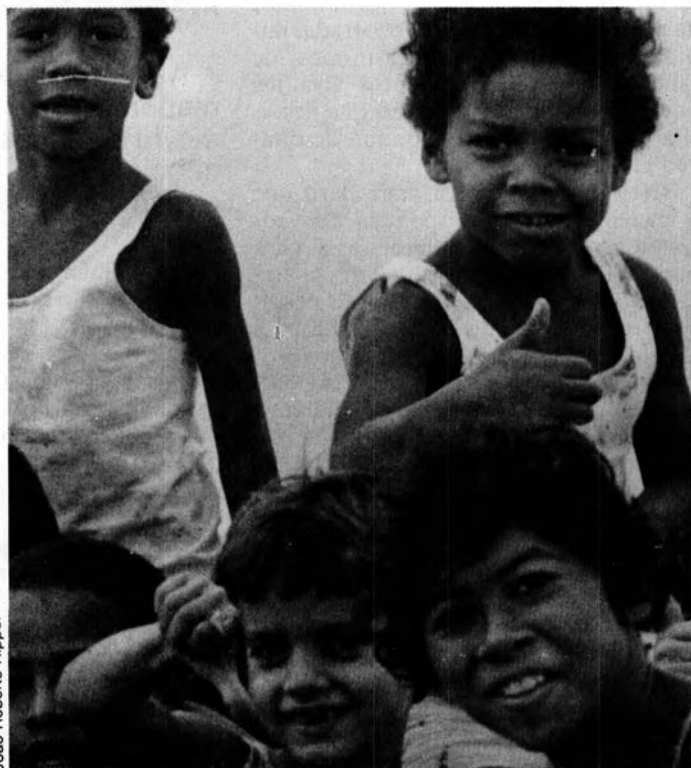
Embora o texto final tenha sido fruto de acordo, o capítulo da Educação foi objeto de intensas disputas nas fases preliminares do processo constituinte. Foram apresentadas doze emendas populares, dentre as quais destacam-se as do Fórum pelo Ensino Público e a da Igreja Católica, ambas com significativo número de assinaturas. Assinalamos alguns dos dispositivos mais importantes do texto aprovado.

A educação consagra os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, pluralismo de idéias e concepções, gratuidade do ensino público e gestão democrática das instituições de ensino. O texto estende o dever do Estado para com a educação básica de todos os cidadãos às crianças de zero a seis anos e aos jovens e adultos que a ela não tiveram acesso em idade própria, além das crianças de sete a catorze anos. A educação básica passa a ser direito público subjetivo, podendo os cidadãos acionarem os governantes por omissão de seu dever em oferecê-la. Os recursos públicos vinculados à Educação ampliaram-se 18% no âmbito federal e 25% no estadual e municipal.

Os profissionais da educação garantiram, ao menos no serviço público, plano de carreira no magistério, ingresso mediante concurso e piso salarial, além do direito de sindicalização.

Pressão da sociedade

Defensores do ensino público e privatistas enfrentaram-se na Constituinte. Venceram estes últimos, que conseguiram aprovar a destinação de recursos às escolas comunitárias, filantró-



João Roberto Ripper

picas e confessionais sem fins lucrativos, mediante algumas restrições. A concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes em escolas particulares e a possibilidade de dedução do salário-educação investido pelas empresas na educação de seus empregados são também mecanismos que favorecem o ensino privado.

Um artigo das Disposições Transitórias concede o prazo de dez anos para a eliminação do analfabetismo e universalização do ensino básico. Ingênuo e idealista, tal dispositivo tende a ser inócuo, uma vez que a democratização do ensino depende antes da democratização da vida econômica e social que de prazos legais.

Apesar de seu conteúdo privatista, o novo texto constitucional oferece importantes instrumentos para a melhoria da qualidade e ampliação das oportunidades educacionais. Mas, a efetiva aplicação das normas constitucionais aprovadas dependerá da capacidade da sociedade exercer controle sobre o Estado e lutar por uma escola acessível às camadas populares e com elas identificada.

Maria Clara Di Pierro Siqueira e Orlando Jóia são integrantes do Programa "Educação e Escolarização Popular" do CEDI.

EVANGÉLICOS

Disputa ideológica

José Bittencourt Filho

A história recente do protestantismo brasileiro tem sido marcada pelo obscurantismo. Durante o período autoritário, em nome da "fidelidade ao Evangelho" (leia-se legalismo doutrinário e reacionarismo político), lideranças de juventudes, estudantes de teologia e pastores foram implacavelmente perseguidos. Ainda prevalecia — na prática e na teoria — o princípio que rezava: evangélico não se mete em política. Quem o fizesse, teria que pagar o preço. Não obstante, já circulavam os chamados "políticos evangélicos", ou seja, aqueles que, em tese, estariam comprometidos com o ideário protestante brasileiro e que faziam de suas igrejas, bases eleitorais.

O confesso absenteísmo político decorria da ideologia de minoria do protestantismo, o qual se autodefinia mais pela negação do que pela afirmação de propostas concretas. Neste final de década parece que isso vem-se alterando significativamente. Desde as eleições de 82 que aparentemente, as igrejas vêm-se envolvendo nos esforços eleitorais e o número de políticos "evangélicos" vem se multiplicando. Essa guinada ocorreu basicamente em função do crescimento numérico dos evangélicos. Eles já representam mais de 10% da população brasileira. Vale ressaltar que isso lhes confere maior peso social devido ao fato de que se trata de um contingente social organizado em agremiações de adesão voluntária que colocam a conversão dos seus adeptos como pré-requisito. O ativismo religioso e a ênfase na doutrinação faz dos evangélicos um segmento razoavelmente organizado e engajado, num país onde a sociedade civil é fracionada e cada vez mais massificada, principalmente pela ação dos meios de comunicação social. Um exemplo eloquente desse fato foi a eleição da chamada "bancada evangélica" para o Congresso Constituinte.

POVOS INDÍGENAS

Avanços e brechas

Carlos Alberto Ricardo e equipe PIB/CEDI

No conjunto, a nova Constituição dá um tratamento detalhado e inédito aos direitos dos índios, reconhecendo-lhes o direito à diferença, rompendo com a tradição assimilacionista de Constituições anteriores e criando condições legais para a superação do regime de tutela. A Constituição privilegia a União como instância de tramitação das questões de direitos indígenas, ampliando bastante as competências dos poderes legislativo e judiciário para tanto.

Houve uma vigília da parte de índios de vários povos, dentro do Congresso Nacional, em Brasília, na época da votação do capítulo que tratava de seus direitos. O resultado do primeiro turno de votações em plenário (497 votos a favor, cinco contra e dez abstenções) expressou os acúmulos políticos construídos pelas organizações que compuseram a coordenação da campanha "Povos Indígenas na Constituinte" após dois anos de trabalho, pelo Cimi e pela pressão direta dos índios em momentos decisivos. Mas expressou também as resistências ao reconhecimento de direitos indígenas por parte do Conselho de Segurança Nacional (CSN), do poder econômico



Douglas Mansur

Com efeito, a ruptura de certas parcelas do catolicismo com o projeto das classes dominantes e dirigentes desencadeou um processo de transferência, ou seja, paulatinamente os evangélicos vão ocupando os espaços de legitimação do poder, outra inteiramente preenchidos pela Igreja romana. Multiplicam-se as alianças com o poder constituído, como as tratativas suspeitas em torno da reativação da Confederação Evangélica do Brasil, denunciadas recentemente pela grande imprensa.

A propósito já foi elaborado um discurso ideológico-religioso por parte dos parlamentares e lideranças comprometidas, que pretende desqualificar quaisquer denúncias, atribuindo-as a um pretense receio quanto ao crescimento dos evangélicos no país; bastante atraente às lideranças e bases das comunidades locais.

A intensa agenda eleitoral dos próximos anos deverá contar com uma presença evangélica ainda mais numerosa, cuja pauta política, na maioria dos casos, deverá ir de encontro aos interesses populares. Por outro lado, essa presença deverá incorporar políticos, nos diversos escalões, cujo projeto político é consentâneo com os valores e postulados da Igreja Popular, aguçando desse modo a polarização ideológica e distinguindo as facções em luta.

José Bittencourt Filho é pastor da Igreja Presbiteriana Unida e membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.



— sobretudo das empresas de mineração — e de setores mais conservadores.

A "emenda de fusão", resultante de prolongada rodada de negociações entre parlamentares de vários partidos, inscreveu na nova Constituição do país, pela primeira vez na história do Brasil, um capítulo especialmente dedicado aos direitos indígenas, que:

1) reconhece aos índios direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e à sua organização social, segundo seus costumes e tradições;

2) dá uma abrangente definição das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;

3) estabelece que as terras indígenas são destinadas à posse

permanente dos índios, considerando-as inalienáveis e indisponíveis;

4) assegura a prévia audiência às comunidades indígenas a serem afetadas pela exploração mineral e de recursos hídricos, bem como a sua participação nos resultados da lavra;

5) veda a remoção de grupos indígenas de suas terras (com ressalvas);

6) considera nulos e extintos os atos que afetam a posse dos índios sobre as terras que ocupam e sobre os recursos naturais nelas existentes (com ressalvas);

7) exclui as terras indígenas das áreas onde as atividades de garimpo são preferenciais;

8) assegura aos índios, suas comunidades e organizações, a iniciativa judicial em defesa dos seus direitos e interesses.

Além do capítulo "Dos índios", no título "Da ordem social", os direitos indígenas na nova Constituição brasileira aparecem contemplados em dispositivos isolados que estabelecem o seguinte:

1) a inclusão das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios entre os bens da União;

2) a competência exclusiva da União para legislar sobre populações indígenas;

3) a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a exploração mineral em terras indígenas;

4) a competência dos juizes federais para processar e julgar os atos que afetem interesses e direitos dos índios;

5) a inclusão entre as atribuições do Ministério Público da responsabilidade de defender judicialmente os direitos indígenas;

6) a necessidade de lei ordinária para fixar as condições específicas para a exploração mineral e de recursos hídricos em terras indígenas;

7) o direito à utilização das línguas indígenas no ensino básico;

8) a proteção do Estado às manifestações das culturas populares, inclusive indígenas;

9) e, nas disposições transitórias, o prazo de cinco anos para que a União demarque as terras indígenas ainda não demarcadas.

Além destas conquistas, a luta dos índios e organizações de apoio evitou a inclusão no texto constitucional de dispositivos contrários aos seus direitos, como o que criava distinção entre índios aculturados e não-aculturados, o que previa a existência de um órgão federal próprio (Funai) para o tratamento da questão indígena, o que definia as terras indígenas a partir do conceito de "posse imemorial" e o que incluía, entre os bens dos Estados, as terras de extintos aldeamentos indígenas.

Porém, a mineração empresarial em terras indígenas teve seu princípio aprovado. As terras indígenas se transformaram — com apoio da esquerda — em reserva de mercado de empresas nacionais acompanhadas pelas faixas de fronteira conceitualmente militarizadas; nos casos de "relevante interesse público da União definido pela lei complementar" cessarão os direitos à terra e recursos naturais previstos no capítulo; e se reconhece o direito de indenização das benfeitorias dos ocupantes de "boa fé" das terras indígenas.

Concluindo, há espaço aberto para a participação e o avanço efetivo dos direitos indígenas. Há brechas antiindígenas importantes. Tempo de aprofundar certos mecanismos permanentes da produção de subsídios, assessorias e acesso aos diretamente interessados.

Carlos Alberto Ricardo é coordenador do Programa "Povos Indígenas no Brasil" do CEDI.

MOVIMENTO SINDICAL

Os direitos dos trabalhadores

José Francisco Siqueira Neto

Os direitos dos trabalhadores se constituíram num dos pontos mais polêmicos da nova Constituição. Por razões óbvias de resistência patronal, do paternalismo e do oportunismo, o debate acurado sobre a questão foi inteiramente prejudicado em favor dos argumentos infundados e da polêmica travada sob a égide da mais extremada ignorância e desinformação. Malgrado esse componente que norteou e, conseqüentemente, condicionou os debates, os direitos dos trabalhadores consagrados pela Constituição merecem uma reflexão capaz de situar o contexto em que foram sacramentados como norma constitucional, inclusive para que os trabalhadores e o movimento sindical acertem suas táticas.

Num primeiro momento, a grande distinção que se faz necessária é aquela relativa aos direitos individuais e coletivo. São individuais aqueles direitos caracterizados pelo exercício pessoal. Por direito coletivo entende-se os de exercício coletivo, que são: a organização sindical, a negociação coletiva e o direito de greve.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que os direitos individuais aprovados pela Constituinte não inovam nada o direito do trabalho brasileiro. O avanço mais significativo é a generalização de muitas conquistas de várias categorias espalhadas pelo Brasil ao conjunto dos trabalhadores urbanos e rurais. Não se trata, evidentemente, de diminuir a importância do texto aprovado. Pelo contrário. Com exceção da estabilidade no emprego, os demais direitos redundam um saldo altamente po-



sitivo aos trabalhadores, mas é importante ressaltar o passado de lutas que derivou tais conquistas. Neste sentido, o seguro-desemprego, o salário mínimo real, a redução da jornada de trabalho, a jornada de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento, a licença-maternidade e paternidade, entre outros, têm um grande significado.

Já no tocante ao direito coletivo, a situação é um pouco diferente. Aqui o legislador constituinte desprezou a experiência e a realidade sindical vigente no país e optou pelo sistema arcaico fascista, mantendo a unicidade sindical, a contribuição sindical e a negociação coletiva atrelada, inovando quanto à punição por "abusos" cometidos durante as greves. Nada mais antigo, autoritário e antidemocrático.

Quanto à unicidade e à contribuição sindical, apesar de contestadas há cinquenta anos, dois pontos básicos relativos à organização dos trabalhadores sintetizam o anacronismo da manutenção: dividido, o movimento sindical brasileiro já é, independentemente da lei, conforme demonstra a existência de três centrais sindicais; e sindicato que não tem força de auto-sustentação não merece existir.

Quanto ao direito de greve o texto foi bastante abrangente. Tão abrangente que trouxe um parágrafo prevendo a punição aos "abusos" cometidos no exercício da greve. Antes, porém, é digno de destaque que a titulariedade da greve passa aos trabalhadores e não aos sindicatos. Trata-se de um aspecto positivo, uma vez que estabelece o direito à classe trabalhadora que, afinal, é maior que a organização sindical propriamente

dita, além de ser o agente do processo histórico.

De maneira geral, existem muitos aspectos positivos nos direitos dos trabalhadores. De negativo fica a rejeição da estabilidade no emprego e a manutenção do direito coletivo fascista. Entretanto, se o movimento sindical souber trabalhar essa questão, avançando na perspectiva da realização do Contrato Coletivo de Trabalho como forma também de consolidar sua central, temos a certeza de que esse quadro será revertido e, mais uma vez, o Direito será constituído à luz de seu fundamento inexorável, que é a força da sociedade em movimento.

José Francisco Siqueira Neto é advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

CAMPO Direito negado

Maria Cecília Iorio e Mariana Pantoja

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte se iniciaram numa conjuntura em que a reforma agrária já vinha sendo alvo de fortes disputas e discussões, tendo os trabalhadores rurais perdido várias batalhas.

Do período de lançamento da proposta, no 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais, em maio de 1985, à aprovação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, em outubro do mesmo ano, o governo distanciou-se das reivindicações dos trabalhadores (reforma agrária a partir de ampla distribuição de terras), aproximando-se das aspirações contidas nas propostas dos grandes proprietários de terra (política agrícola e programas especiais para o desenvolvimento da agropecuária).

Neste contexto de constantes recuos, em outubro de 1987 foi elaborado o decreto-lei 2.363 que, além de extinguir o Incra e as áreas prioritárias para reforma agrária, desvinculou a desapropriação de terras da sua função social, retirando dos trabalhadores o amparo legal até então minimamente garantido pelo Estatuto da Terra.

Nesta conjuntura política, a trajetória da luta pela reforma agrária no interior da Constituinte foi caracterizada pelo confronto explícito e polarizado entre forças políticas antagônicas, evidenciando a posição minoritária das forças progressistas.

O texto constitucional proíbe a desapropriação de terras produtivas, deixando para a legislação complementar a tarefa de precisar este conceito. A importância desta definição reside no fato de que ele serve para caracterizar o cumprimento ou não da função social, e, portanto, se constitui numa proteção legal contra desapropriação para fins de reforma agrária. Há indicadores de que as organizações de direita no campo pretendem pressionar no sentido de uma definição que classifique como produtiva não só as terras que produzem como também as que possuem potencial para tal.

O texto aprovado no capítulo referente à política agrícola e fundiária e da reforma agrária parece indicar, acima de tudo, mudanças significativas nas condições de luta pela terra. Que perspectivas poderão ter os trabalhadores, de agora em diante, ao encaminhar suas lutas pelos direitos à terra, já que da lei foi eliminado todo e qualquer respaldo a suas reivindicações?

No que se refere aos direitos sociais aprovados, estes representam, de fato, um avanço no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, à igualdade de tratamento para o segmento rural e um respaldo legal importante para



João Roberto Ripper

o movimento de reivindicação dos trabalhadores.

Todavia, se por um lado houve avanços, nos resta indagar sobre a possibilidade concreta de cumprimento destas leis. As greves, que sucessivamente vêm ocorrendo no campo, a partir de 1979, têm tido como objetivo principal o cumprimento de determinações legais menos avançadas do que aquelas contidas na nova Constituição e, entretanto, pouco se tem logrado na relação trabalho/capital.

Uma última questão importante diz respeito à estrutura sindical. A nova Constituição não modificou as condições no sentido de favorecer a construção de um sindicalismo autônomo e independente, na medida em que preservou o imposto sindical e a estrutura verticalizada.

Maria Cecília Iorio e Mariana Pantoja integram o Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI.

IGREJA E DEMOCRACIA

Um encontro na história

Como explicar o paradoxo de uma Igreja que luta por maior participação social e, ao mesmo tempo, convive com uma estrutura fortemente hierarquizada? Nesse processo, há avanços e recuos, mas novos horizontes vão se impondo e surgirão "inesperadas primaveras"

Luiz Alberto Gómez de Souza

Já foi indicado várias vezes o paradoxo: uma instituição fortemente hierarquizada como a Igreja Católica Romana, onde a idéia de autoridade ocupa lugar destacado, insiste em documentos na importância da participação social e ela própria tem sido espaço de práticas participativas em experiências pastorais recentes. Segundo alguns, ela não tem autoridade de receitar para a sociedade o que não consegue aplicar em sua vida interna. Outros se perguntam se não há uma certa dose de oportunismo nesse seu interesse um pouco tardio pela democracia. Afinal, a mensagem de Natal de Pio 12 sobre esse tema, em 1944, não foi redigida quando a correlação de forças na 2ª Guerra Mundial se invertia e as democracias ocidentais saíram vitoriosas? Muitos ainda se lembravam que Mussolini fora chamado de homem da providência. E a cruzada de Franco, sem falar entre nós do apoio de amplos setores eclesiásticos ao integralismo? Uma análise que não leve em conta o processo histórico terá dificuldade em desenredar essas contradições.

Duas considerações iniciais se impõem. Em primeiro lugar, a Igreja não é uniforme e nela se cruzam e se confrontam diversas tendências. O espectro ideológico da sociedade se reproduz em sua vida interna. E isso já anuncia a segunda observação. Ela não pode deixar de ser sensível à consciência de seu tempo, recebendo o impacto de novas influências, sensibilidades e aspirações. Esse fato, longe de representar simples mimetismo, é sobretudo a expressão de que mesmo uma instituição que parece ter o interesse voltado para o meta-histórico, vive imersa num contexto social determinado, que a penetra até as raízes.

As idéias de democracia, liberdade ci-

vil e participação social nasceram no bojo do processo de modernidade e sob a influência do pensamento liberal. Ora, a Igreja, ligada às estruturas anteriores do mundo medieval, viu com desconfiança o surgimento de outros horizontes e de novo sujeito histórico (capitalismo e burguesia). Gregório 16 e Pio 9º, no século passado, condenaram as liberdades, mas já no interior da Igreja surgiam correntes em direção oposta. A crise do modernismo, neste século, no pontificado de Pio 10, indicava o confronto entre tradicionalistas e modernistas. E era previsível que, mais dia menos dia, ela devesse se por em dia com o tempo (João 23 fala de "aggiornamento"). O problema é

que o encontro tardio ocorreu quando o contemporâneo já estava sendo questionado em nome de novos projetos históricos. Assim, hoje, a hegemonia burguesa é contestada pela emergência das classes populares e o capitalismo deixa às claras seus mecanismos perversos e excludentes. Em nome de uma democracia real, se faz a crítica do mundo que nasceu com o liberalis-



Douglas Mansur

mo e que limitou a participação social e política a certos setores da sociedade. E se dá, então, um curioso descompasso histórico: setores da Igreja aceitam as "coisas novas", quando essas vão sendo superadas. O conflito não é mais entre tradicionais e modernos, mas entre os que se modernizaram e os novos críticos do capitalismo liberal, uns chegando até ele com atraso, outros questionando-o com o olhar no futuro.

Tudo isso pode, entretanto, complicar-se, quando certos setores da esquerda, sem uma visão dialética da história, ainda confundem a democracia com o liberalismo e se mantêm dentro de velhas matrizes autoritárias. Pensando estar mais à frente, na verdade não saíram de estruturas ideológicas e mentais pré-modernas. Para superar a dificuldade, há que considerar a democracia e a liberdade como conquistas definitivas do processo histórico e como irrecusáveis valores universais. Será, então, em nome da democracia e da liberdade, que se poderá fazer a crítica às estruturas capitalistas e à dominação burguesa, assim como às experiências socialistas autoritárias e à dominação burocrática.

A Igreja se move dentro desse clima ideológico e no âmbito dessas lutas sociais e políticas. Cruzam-se aí duas séries de tensões: democracia liberal restringida ou democracia social ampla, autoritarismo ou liberdade. Acontece que, na arena política, esses dois binômios nem sempre coincidem. Assim, alguns querem impor autoritariamente uma democracia social, com resultados discutíveis, para não dizer autodestruidores. Em conclusão, o problema hoje, tanto na Igreja como na sociedade, não é aceitar a democracia, como no começo do século, mas escolher o tipo de democracia que se quer, seja a limitada participação dos setores dirigentes, seja sua ampliação com a presença dos excluídos e dos marginalizados (os setores populares emergentes entre nós, ou a classe operária polonesa organizada clandestinamente).

Espaço de organização

Os vinte anos de regime autoritário brasileiro, de 1964 a 1984, foram um tempo para testar essas posições. A consciência democrática resistiu às imposições e procurou espaços para se expressar. Estes eram rarefeitos na sociedade civil (partidos, sindicatos e associações tuteladas). E foi no seio dessa "sociedade civil dentro da sociedade civil", a Igreja, que as reivindicações puderam se articular. Da luta pelos direitos civis e contra as torturas, até a denúncia da violência no campo, o âmbito eclesial foi sendo cenário

de debates e mobilizações. E isso teve profundas repercussões, seja modificando as opções políticas e ideológicas de seus membros, seja questionando suas próprias práticas internas.

Este último ponto é crucial. Como se pode pedir democracia e liberdade na sociedade, sem deixar de revisar as próprias estruturas eclesiais? A Igreja Católica tem uma tradição de vários séculos de poder clerical, pelo menos desde a reforma gregoriana do século 11, que tratou de coibir os abusos e arbitrios sobre ela dos setores dominantes da vida política e econômica. A história de Fliche e Martin, referindo-se ao século 10, traz o seguinte título: "A Igreja em poder dos leigos"; leia-se aí não os fiéis em geral, mas os patrícios e as aristocracias locais. Foi então que a instituição tratou de articular melhor suas estruturas de poder interno, para preservar sua autonomia no milênio que começava.

Um dia, o Vaticano 3º

Essa forma de organização, que respondeu a desafios daqueles tempos, chegou até nós, reforçada pelo Concílio de Trento. O eclesial (comunidade de fiéis) restringiu-se ao eclesiástico (o mundo dos clérigos). Quando, em 1946, Pio 12 declarou que "os leigos também são a Igreja" essa afirmação, que vista de perto deveria ser banal, despertou enorme entusiasmo, já que indicava que esses "leigos" não poderiam ser mais cidadãos de segunda classe, jurídica e pastoralmente menores. O estranho é que esse termo aparentemente residual e negativo (leigo igual a não-clérigo, isto é, os demais), encobria a maioria esmagadora dos membros da instituição. Já Pio 11, ao criar a Ação Católica nos anos 30, a definira como "participação no apostolado hierárquico da Igreja", fazendo os leigos penetrar nas antecâmaras do mundo protegido dos clérigos. O papa seguinte moderou a ousadia, trocando participação por colaboração. E o Código Canônico atual, referindo-se ao poder de governo ou de jurisdição na Igreja, afirma apenas que os leigos podem ali cooperar, quando uma redação preliminar rejeitada recuperava o termo participação do tempo de Pio 11.

Mas se o mundo das definições e do jurídico é resistente e lento, uma vez mais as práticas concretas abrem caminho. Na América Latina, inclusive, o reduzido número de sacerdotes transformou essa carência em ponto de partida de criatividade: os serviços eclesiais tiveram de ser compartilhados pela comunidade. O que era desvantagem forçou a novas soluções e produziu resultados inesperados. Tudo isso se deu à luz do Vaticano

no 2º, que visualizou a Igreja como povo de Deus e comunidade de fiéis, não apenas descrita através de suas formas de poder eclesiástico.

A Igreja Católica parece estar na metade de um processo de transformações e experiências. Práticas eclesiais participativas coexistem com uma estrutura de poder tradicional. Mas tradicional não quer dizer definitivo. Aliás, uma miopia histórica faz com que tradições de ontem ocultem tradições de anteontem. A Igreja apostólica dos primeiros séculos tem bastante a ensinar, na multiplicidade de seus serviços, antes das sucessivas estruturas posteriores. E pode se dar uma fecunda coincidência entre antigas tradições e práticas atuais de participação e de vida comunitária.

Um teólogo sensível à ideia do desenvolvimento da doutrina e da prática, John H. Newman, ajuda a pensar o futuro ainda em aberto. Quando o Concílio Vaticano 1º definiu isoladamente o poder e a jurisdição do papa, muitos se preocuparam por suas consequências na vida da comunidade eclesial. Em 1871, ele escreveu a um amigo angustiado: "A Igreja caminha para a verdade perfeita através de diversas declarações sucessivas e em direções contrárias, aperfeiçoando-se e se completando... Pio não é o último dos papas... Tenhamos paciência e confiança. Um novo papa e um novo concílio polirão a obra". Aliás, o papa seguinte, Leão 13, como sinal de que seu pontificado seria diferente do anterior, num de seus primeiros atos, nomeou cardeal o controvertido Newman. Anos mais tarde, vieram João 23 e o Vaticano 2º, com um novo clima eclesial. Atualmente, o medo diante da renovação faz chamados às restaurações; há avanços e recuos, pois a história não é linear. Mas outros horizontes vão se impondo adiante, como sinais de "inesperadas primaveras", para empregar a imagem do papa João sobre o Vaticano 2º. Não esqueçamos que, mal terminava esse concílio, já d. Hélder Câmara começava a sonhar com o Vaticano 3º. Um dia...

Para além dos furores defensivos dos totalitarismos do século 20, a consciência dos homens se vai fazendo sempre mais libertária e democrática, na preparação do século 21. As novas práticas pastorais participativas, assumidas e compartilhadas pelas comunidades de fiéis, não podem também ir configurando uma outra maneira de ser Igreja — ou da Igreja ser — nesta virada de milênio?

Luiz Alberto Gómez de Souza é sociólogo, pesquisador no Centro João 23 e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A contribuição das igrejas protestantes

Para os reformadores, seus adeptos e sucessores, o princípio da liberdade constituiu uma faca de dois gumes. Mas as formas de governo nascidas da Reforma inspiraram saudáveis princípios democráticos

Antonio Gouvêa Mendonça

A filosofia de Maquiavel, preconizando a separação entre religião e política, encontrou um obstáculo, pelo menos temporário, na Reforma protestante. A Reforma levou a cabo dentro da igreja, processo idêntico ao que se realizava dentro do Sacro Império Romano ao opor-se à supremacia do papa e repartir a jurisdição eclesiástica entre as diferentes comunidades. Foi um dos instrumentos do incremento do patriotismo nacional. Destruíu a unidade entre a igreja e o Império e colaborou para reorga-

nizar a Europa em estados nacionais. O traço eclesiástico do movimento propiciou um retorno à aliança medieval entre a teologia e a política. A doutrina dos reformadores foi escolástica e medieval; estava mais para Tomás de Aquino do que para Maquiavel.

Ultrapassada a controvérsia entre o papa e o imperador, no fundo discutia-se o mesmo problema, só que, descartado o papa, coloca-se o problema da relação de autoridade entre o rei e o povo. A questão centralizou-se na idéia de que

o poder político procede, de alguma forma, da vontade de Deus, e que a autoridade dos governantes, a quem se deve obedecer, tem seu fundamento no direito divino. A Reforma, ao dar seu aval a esta teoria, favoreceu os príncipes protestantes nas lutas posteriores entre o rei e os camponeses. A teoria do direito divino acabou sendo um dos baluartes da monarquia. No entanto, no interior do pensamento dos reformadores e de seus seguidores, estavam frutíferas as sementes do moderno Estado democrático.

O poder civil

A Reforma não somente assiste, mas compartilha de modo bastante visível, o trânsito do Império Universal para os Estados territoriais e da supremacia eclesiástica para o predomínio do poder civil. Este trânsito foi uma das coisas mais importantes do século 16. A luta contra todas e quaisquer formas de supremacia absoluta, seja eclesiástica, em qualquer nível, seja política, e os direitos individuais, levou as igrejas da Reforma a desenvolver formas de governo eclesiástico consentâneos com seus ideais.

Negando a autoridade do papa e estabelecendo o princípio da relação direta do fiel com Deus por intermédio da interpretação livre das Escrituras e o correspondente preceito do sacerdócio universal dos crentes, estava aberto o caminho da liberdade preconizado pelos humanistas. Mas, para os reformadores, seus adeptos e sucessores, o princípio da liberdade constituiu uma faca de dois gumes, porque o livre exame tornava as Escrituras, como fonte de poder, vulnerável às mais variadas interpretações justificadoras de múltiplas seitas radicais, de agitações camponesas de cunho comunista e de pequenos grupos de contestação dentro das próprias comunidades.

A única saída que os reformadores encontraram para disciplinar a proliferação da desordem foi voltar ao princípio medieval da aliança entre a teologia e a política, a fim de reforçar o poder civil para que este garantisse a ordem. Por isso, todos os reformadores prescrevem que *"todo poder vem de Deus"* (*"Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus"* Rm 13,1). Essa postura transformou freqüentemente o Estado em executor de hereges mediante o beneplácito da disciplina das igrejas,



João Roberto Ripper

mas acirrou também a luta destas contra as tentativas de intromissão daquele nos assuntos eclesiásticos. Durante longo tempo, a tensão entre o poder civil e as igrejas da Reforma produziu lutas que iriam condicionando as diversas formas de governo eclesiástico e as estratégias das igrejas diante da política. Esta tensão favorece principalmente a compreensão da posição das chamadas igrejas livres em relação ao Estado.

Resultados positivos

Embora tivesse, por força das circunstâncias, de reforçar o poder do Estado, a Reforma produziu resultados benéficos com respeito à liberdade do indivíduo e a expansão da democracia. O individualismo cristão, a igualdade entre todos os homens, a ampla liberdade de consciência, o valor substancial e permanente do indivíduo como pessoa, foram todos corolários do princípio fundamental da responsabilidade do homem exclusivamente diante de Deus. O humanismo liberal do Renascimento foi ampliado e reforçado. Não deixa de ser verdadeira a acusação dos adversários da Reforma: "Erasmus pôs o ovo e Lutero chocou-o".

Por outro lado, a doutrina da predestinação, um dos mais controvertidos e conhecidos princípios da Reforma, contribuiu muito para o desenvolvimento da liberdade e dos governos populares. Ao afirmar que Deus marca seus eleitos, inspira-os com sua vontade divina e os predestina à salvação, a doutrina induz no indivíduo o sentimento de independência, a dignidade, a faculdade de julgar e a liberdade de consciência. Especialmente nas áreas em que predominou, de uma forma ou de outra, o espírito do calvinismo, como entre os protestantes da França, Escócia, Países Baixos, Inglaterra e América, esses princípios foram sustentados e conseguiram imprimir saudáveis princípios democráticos.

Dois reformadores

Na verdade, todo o majestoso monumento da Reforma repousa sobre dois pilares: Lutero e Calvino. O primeiro, escritor prolífico, um tanto dispersivo e que escrevia ao correr das lutas e das necessidades, estabeleceu clara distinção entre a autoridade espiritual e a política, estando esta acima da eclesiástica. Por isso, os cristãos são obrigados a obedecer mesmo àquelas que não compartilham sua fé. No entanto, Lutero, levando ao máximo a idéia da liberdade cristã, sublinhou o princípio de At 5,29: "É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens". Se as autoridades ordenam o que



João Roberto Ripper

é contrário aos preceitos divinos, não devem ser obedecidas pelo cristão que, nesse caso, sofrerá sem resistência qualquer punição como testemunho de sua fé. Lutero era contrário às rebeliões contra o Estado. De certo modo, Lutero amenizou o princípio do direito divino.

O segundo, Calvino, escritor mais acadêmico e sistemático, não deu tanta ênfase à liberdade como Lutero, mas centralizou suas idéias no princípio da ordem e da disciplina. Influenciado pelo Decálogo Mosaico, Calvino concebe para a sociedade uma base legal de ordem e autoridade, estando tudo sujeito ao direito. Para Calvino, o governo secular e o espiritual têm que desenvolver suas atividades em esferas distintas, sem supremacia de uma ou de outra. Tem de haver mútua correspondência sem mútua interferência. Ambas as esferas reproduzem uma a outra. No entanto, Calvino reconhece, dentro do princípio geral que norteou a Reforma, que a ordem e a disciplina necessitam do governo civil para sustentá-las e que, por isso, não se pode excluir a obediência às autoridades e magistrados. Calvino não abre nenhuma porta de resistência às más autoridades. Assim, a ordem e a disciplina estavam para Calvino acima de todas as coisas.

Lutero nutria grande amor pela liberdade e acabou fomentando o despotismo: a rebelião dos camponeses e os excessos do anabatismo levaram-no a colocar-se ao lado dos príncipes. Calvino, no entanto, fundamentou suas doutrinas na liberdade fora da ordem, fora de toda concepção de liberdade individual, mas seus adeptos caminharam no sentido da democracia e da liberdade dos tempos modernos porque a maioria deles constituía minorias perseguidas. Mas, na somatória dos elementos da Reforma para a democracia moderna, destacam-se os grandes princípios da liberdade individual, da ordem legal e dos governos populares.

Governos eclesiásticos

No cenário das lutas da Pós-Reforma, isto é, fins do século 16 e boa parte do século 17, no entrevero entre as igrejas e o poder civil, tendo de permeio as classes sociais, originaram-se as três formas clássicas de governo eclesiástico: episcopal ou monárquica, representativa e democrática direta. A primeira forma, representada por todas as igrejas que, embora sob o influxo da Reforma, mantiveram bispos, como a anglicana, a episcopal, a metodista e a luterana (nem em todos os lugares); a segunda, representada pelas que seguiram a linha calvinista de democracia representativa e hierarquia conciliar, como as reformadas e presbiterianas em geral; e a terceira, pelas que optaram pelo governo congregacional, isto é, de autonomia total da congregação local, regida por assembleias plenas. Estas incluem as igrejas congregacionais propriamente ditas e todas as igrejas batistas. Estas são as igrejas livres.

As modernas igrejas pentecostais, as já constituídas e burocratizadas, como a Assembleia de Deus e outras, têm a tendência de manter o regime congregacional, isto é, de relativa autonomia da congregação local. Entre as grandes igrejas pentecostais, a Congregação Cristã no Brasil constitui exceção, pois seu poder é centralizado em sua sede em São Paulo e a instância decisória está exclusivamente nas mãos do ministério que se reúne periodicamente. Outras igrejas pentecostais ainda mantêm sistemas carismáticos de poder, como, por exemplo, a igreja Deus é Amor. O que não é democrático. Todavia, a somatória das igrejas pentecostais apresenta características muito democráticas no que diz respeito à participação popular, tanto no culto como na liderança.

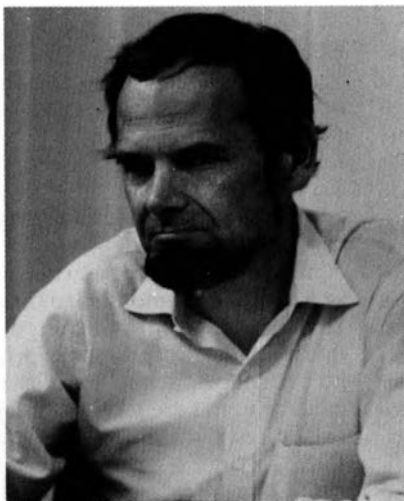
Não é exagero afirmar que em todas as formas de governo eclesiástico nascidas ou influenciadas pela Reforma, mesmo nas episcopais — em que os concílios frequentes e a participação de leigos atenuam o traço monárquico absolutista —, a prática democrática é bastante visível. No entanto, nos Estados políticos de tradição caudillesca e autoritária, cujo exemplo é a América Latina, por causa da tendência protestante de sustentar o Estado, têm as igrejas com frequência esquecido os direitos individuais e retrocedido aos ideais teocráticos, do apelo à teologia a fim de, com o testemunho das confissões de fé, ou da própria Escritura, formarem grupos de opressão e até de repressão.

Antonio Gouvêa Mendonça é pastor da Igreja Presbiteriana Independente e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião do IMS (São Bernardo do Campo).

ESTADOS UNIDOS

A eleição da minoria

A democracia norte-americana, que tanto encanta as elites políticas, cumpre, no dia 8 de novembro, mais um ritual: a eleição de um novo presidente. Mas, haverá uma diferença programática entre Michael Dukakis e George Bush? A população está realmente interessada no processo eleitoral? O ativista dos direitos humanos, **Ralph Schoenman**, diz que não. Autor de *The Hidden History of Zionism* (A História Secreta do Sionismo) e ex-diretor da Fundação Bertrand Russel, nos Estados Unidos, Schoenman veio ao Brasil para uma série de conferências sobre a questão palestina, sua preocupação atual. Num intervalo de sua visita, ele falou com exclusividade a *Tempo e Presença*



Entrevista a Marco Antônio Piva

TP — Na maioria dos países latino-americanos os processos eleitorais — quando existem — são marcados por uma forte interferência do poder econômico. Nos Estados Unidos, cujo modelo democrático é considerado exemplar por alguns círculos políticos, como acontece essa relação?

Schoenman — É importante entender que a estrutura de poder dos Estados Unidos funciona fora da estrutura formal de eleições porque está altamente concentrada. Mais ou menos há dois anos, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos publicou estatísticas mostrando que aproximadamente 2% da população americana possuem 80% da riqueza do país. Essa concentração de riqueza é até mais extrema do que esses dados indicam, pois cada pessoa participa, em média, de catorze empresas. A estrutura da economia é extremamente integrada e concentrada, em nível vertical e horizontal. O tipo de empresa chamado de *holding company* é a instituição dominante que controla uma variedade

enorme de empresas. Por exemplo: tem editoras que são controladas por empresas de eletrônica; as empresas eletrônicas são controladas por bancos e os bancos são controlados por algumas poucas *holding company*. O presidente do American Express, Robert Talsan, escreveu que mais ou menos 5 milhões de pessoas controlam a cúpula da economia norte-americana. Segundo qualquer critério, essa é uma oligarquia; só 5 milhões de pessoas controlam a vida econômica dos Estados Unidos da América, um país que tem uma população de mais de 250 milhões de pessoas.

É muito importante entender também que nos Estados Unidos nós temos somente 5% da população do mundo, mas as empresas americanas controlam 60% da riqueza dos recursos naturais do planeta. Vamos ver o que quer dizer isso: 60% dos recursos naturais do planeta estão à disposição, supostamente, de 5% da população do mundo. Esses 5% da população são aqueles 250 milhões de pessoas nos Estados Unidos, mas são apenas

5 milhões de pessoas que estão controlando toda essa riqueza, que controlam mais ou menos 80% da riqueza do país. Então, tem 2% desses 5% da população mundial que dominam dois terços dos recursos naturais do mundo. É um império numa escala nunca vista antes na história do mundo.

É só dentro desse contexto que é possível entender a farsa das eleições nos Estados Unidos porque essa oligarquia que controla 80% da riqueza do país comprou o processo político. Os dois partidos nacionais, o Republicano e o Democrata, são um partido só, o partido do grande capital na América. O Partido Democrata tem controlado o Congresso americano durante 36 dos últimos cinquenta anos e tem controlado a presidência pela metade desse tempo. Na essência, os dois partidos têm uma política idêntica a respeito de como é que funciona esse poder das empresas sobre a vida nacional e sobre a riqueza e os recursos naturais do planeta.

Nós temos uma economia que está viciada na produção de armamentos, é quase como um viciado em heroína, precisa de dosagens cada vez maiores. Não são apenas lucros enormes, mas também a ferramenta para policiar o mundo e preservar o controle da nossa oligarquia sobre os recursos do planeta.

TP — O que poderia desafiar esse controle?

Schoenman — O desafio está na resposta das pessoas que são prejudicadas, os pobres, os operários, tanto nas cidades como nos campos. A resposta está nas vítimas dessa concentração de riquezas que vai para os Estados Unidos e fica à disposição de uma minoria de pessoas. Uma das consequências disso é que a população pobre dos Estados Unidos é muito alienada do processo político. Na realidade, só 50% das pessoas que podem votar se registram, e desses 50% que se registram para votar, somente a metade vota numa eleição nacional. Então, só 20% dos eleitores participam. Mais ou menos a metade apóia um partido grande e a outra metade apóia o outro partido. Então, numa eleição nacional há um máximo de 12% daquelas pessoas que poderiam votar.

Durante as eleições primárias, antes da eleição geral, os candidatos são su-

postamente escolhidos pela população mas um número muito menor ainda participa dessas eleições. Numa eleição primária, por exemplo, nessa agora onde concorreram Jackson, Dukakis e vários outros bem mediocres que são super-expostos na imprensa, somente 25 a 30% daqueles que podem votar, votaram. Isto é a metade ou um terço do número que participa na eleição nacional depois. As eleições primárias têm mais ou menos 25% dos eleitores participando, metade para um partido, metade para outro. E porque tem vários candidatos competindo nessas primárias há uma aparente pluralidade. Uma vitória para qualquer candidato nessas primárias representa somente de 4 a 5% dos votos; quer dizer, então, que a população está alienada do processo político, as pessoas que trabalham não sentem que qualquer um dos dois partidos oferece alguma coisa que vai afetar suas vidas e, obviamente, esta é a situação daqueles que são explorados.

TP — Então, o que as populações marginalizadas podem esperar das eleições?

Schoenman — Todas as grandes cidades dos Estados Unidos são hoje em dia como uma favela que está morrendo. Nos centros das cidades como Nova Iorque, Detroit, Chicago, Filadélfia e Los Angeles o desemprego nas comunidades negras e hispânicas, especialmente entre os jovens, é de 50%. As pessoas que vivem abaixo do nível de sobrevivência chegam a 50 milhões, uma cifra muito mais alta do que as estatísticas oficiais, que reconhecem 30 milhões de pessoas vivendo nesse nível. Quer dizer, há um exército de pessoas, quase um quarto da população adulta dos Estados Unidos, que vive em condições abaixo da subsistência. Têm cidades onde a metade dos prédios parece uma cidade européia depois dos bombardeios durante a 2ª Guerra. Essa classe, essa subclasse, não está no processo eleitoral porque sente que não tem nada a ganhar com esses dois partidos políticos que, na realidade, são um partido só.

Nem o Partido Republicano, nem o Partido Democrata podem oferecer algum avanço para o povo americano. Eles são comprados. Por exemplo, para alguém concorrer ao Senado precisa de 4 a 5 milhões de dólares. Essas contribuições vêm das mesmas empresas que têm controle sobre a economia nacional. O povo não está envolvido no processo de financiamento das eleições. A mídia também segue esse padrão. Todos os principais jornais do país estão nas mãos de poucas pessoas.



O país

Com uma área de 9.372.614 km² e 238,7 milhões de habitantes (censo de 85), os Estados Unidos têm a maior dívida externa do mundo: 700 bilhões de dólares. O endividamento interno ultrapassa 2 trilhões de dólares. A economia norte-americana apresenta,

nos últimos anos, um crescimento entre 3 e 7%. A inflação é quase insignificante (1,1% em 86) e a taxa de desemprego chegou a 6,7%, em 1986. Um detalhe: o desemprego entre a mão-de-obra de raça negra é de 13,7%, e entre o pessoal de raça branca é de 5,9%.

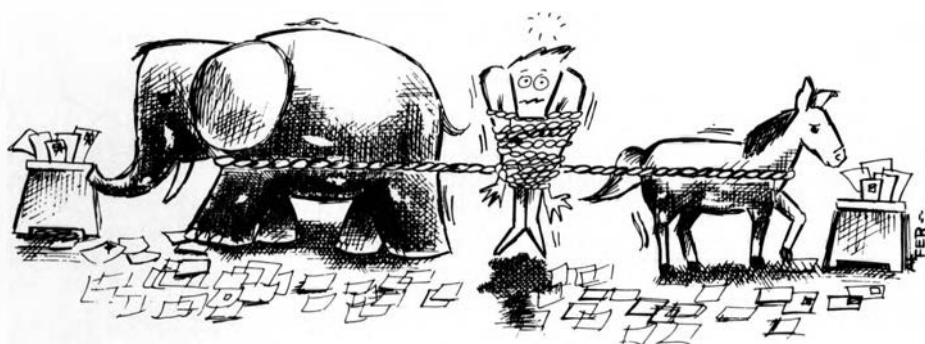
Uma economia que está viciada na produção de armamentos é como um viciado em heroína: precisa de doses cada vez maiores

Tem gente que controla cadeias de jornais e canais de TV e o financiamento desses jornais, da imprensa, vem justamente desses bancos e dessas *holding company*. Existe uma fachada dessas instituições formais e, por trás disso, tem a verdadeira oligarquia, onde são tomadas as decisões que afetam a vida econômica e política dos Estados Unidos e, por extensão, de grandes partes do mundo. Essas decisões são tomadas pela Comissão Trilateral, pelo Conselho de Relações Exteriores, onde os representantes dos bancos e do capital financeiro da oligarquia têm seus porta-vozes e consultores, pelo Conselho de Segurança Nacional, agências de informação, como a Agência Central de Inteligência (CIA) e a Agência de Informações do Departamento de Defesa e os outros serviços secretos. Todas essas entidades são dirigidas por pessoas indicadas. Para um candidato ser escolhido, ou pelo Partido Democrata ou pelo Partido Republicano, tem que mostrar seu serviço à oli-

garquia no poder. Se eles não puderem provar que fazem parte desse sistema e que eles defendem as necessidades desse sistema, a pessoa não pode nem aparecer como um possível candidato por qualquer um desses dois partidos.

Para uma pessoa poder desafiar o sistema no processo eleitoral precisa ter acesso a muito dinheiro para alcançar o público, para aparecer na TV e no rádio, para ter seu programa publicado em qualquer jornal grande. Isto representa uma quantidade enorme de dinheiro. Se, por exemplo, uma análise da estrutura de poder nos Estados Unidos fosse feita pelo povo americano, não tenho dúvida que setores enormes da população teriam uma resposta, porque isso corresponde a suas experiências próprias. O problema não é que as pessoas são indiferentes a essas idéias, mas é que elas não tem acesso à informação.

Quando alguém examina as eleições norte-americanas, os assuntos principais são a preservação do controle da



Quando era presidente, Carter falou sobre direitos humanos, mas a embaixada norte-americana em El Salvador elaborava listas de pessoas de esquerda para os “esquadrões da morte”

oligarquia. A oligarquia tenta fazer uma equação entre seu poder e seus interesses. Quando Reagan, Bush ou Dukakis, ou qualquer outro candidato desses partidos, fala nos interesses nacionais, está falando sobre os interesses da oligarquia. Quando eles falam em segurança nacional, estão se referindo à preservação do seu controle sobre os recursos do planeta; quando falam das ameaças à sua segurança se referem aos desafios dos oprimidos. A luta dos pobres do planeta para mudar as relações sociais é uma ameaça. Quando um povo luta para derrubar um governo militar, especialmente na América Latina, isto é visto como uma ameaça para a segurança nacional dos Estados Unidos. Assim analisamos essa farsa que acontece a cada quatro anos e que na realidade não muda nada, só perpetua o poder das pessoas que controlam o processo inteiro.

TP — Qual a diferença entre um burro e um elefante (no jargão político norte-americano o burro é o símbolo dos democratas e o elefante representa os republicanos)?

Schoenman — A diferença entre um burro e um elefante, em essência, é que na verdade o burro e o elefante são membros de um mesmo clube. Esse burro não é o burro de todo dia que fica pastando no campo, é um burro diferente, que se veste com ouro, com roupas bonitas. Um elefante se veste com esse mesmo ouro, as roupas bonitas e é membro desse mesmo

clube. Você está sendo irônico ou quer uma coisa mais séria?

TP — É simbólico.

Schoenman — Ah, é simbólico. Então, os dois se alimentam dos bens públicos. A tarefa dos partidos Democrata e Republicano é apresentar duas faces para o público americano. Tem a face do capital, apresentada pelo Partido Republicano, que é supostamente a cara da eficiência e produtividade, e o Partido Democrata, que representaria os advogados das reformas e dos direitos. Mas não é verdade. Eles são o que nós chamamos nos Estados Unidos de tampas duras e tampas moles. Tampa dura é aquele policial que bate na sua cabeça e tampa mole é aquele que traz para você uma xícara de café, mas os dois estão tentando extrair uma confissão.

TP — O que os povos latino-americanos poderiam esperar da eleição de Dukakis, em vez do Bush?

Schoenman — Eu não acho que as diferenças entre Bush e Dukakis representem qualquer coisa para os povos da América Latina. Os dois têm um compromisso para garantir o que eles chamam da segurança nacional dos Estados Unidos na América Latina. As diferenças entre eles estão só nas suas táticas. O debate é como melhor preservar o controle da oligarquia sobre a América Latina. Os dois vão insistir na continuação do pagamento da dívida externa e na destruição das econo-

mias dos países do continente. Vão insistir para que qualquer governo na América Latina se submeta ao FMI e ao Banco Mundial, que são controlados por essas *holding company* dos Estados Unidos, do Japão e da Europa Ocidental. E a política é conhecida: exigem austeridade, uma redução dos salários etc. É importante salientar que se fôr Dukakis ou Bush, as pessoas a quem eles vão responder são as mesmas na Comissão Trilateral e no Conselho das Relações Externas, as pessoas que eles vão indicar para administrar as suas políticas virão do mesmo grupo que representa o grande capital. Quando era presidente, Carter falou sobre direitos humanos, mas a embaixada norte-americana em El Salvador elaborava listas de pessoas de esquerda para os “esquadrões da morte”, que funcionavam a partir da embaixada. A realidade é que nenhum dos dois candidatos representa uma diferença significativa para a América Latina.

O Partido Democrata disse que representa as aspirações dos trabalhadores e apóia o protecionismo. Os democratas falam para os trabalhadores norte-americanos que eles são ameaçados pelos trabalhadores do Brasil e Coréia do Sul, que recebem salários mais baixos. Então, dizem eles, se não aumentamos os impostos sobre os produtos importados desses países para impedir que eles entrem nos Estados Unidos, vocês vão perder seus empregos ou seus salários vão baixar. Essa demagogia é usada para desviar a atenção dos trabalhadores daqueles que os exploram, para dividir e governar, para usar o chauvinismo nacional como um narcótico, para impedir que as pessoas realmente enxerguem o que está acontecendo. Os dois, Dukakis e Bush, têm essa perspectiva em seu programa. Os povos da América Latina não vão ver nenhuma diferença com a eleição de um ou de outro. Eles vão indicar as mesmas pessoas, os mesmos banqueiros vão estar no Departamento de Comércio e no Tesouro, o mesmo pessoal da inteligência militar ou do serviço secreto militar vai estar no Conselho de Segurança e no Departamento de Estado, os mesmos executivos que vêm da indústria de armamentos — o chamado complexo industrial militar, das empresas que ganham os contratos do Pentágono para produzir armamentos — vão ocupar o Departamento de Defesa, não importando se o vitorioso for o Partido Democrata ou o Partido Republicano.

(Tradução de Colleen Reeks.)

Uma das conseqüências da concentração de riquezas é que a população pobre é muito alienada do processo político

A punição de Casaldáliga

Houve punição ou apenas uma advertência? Para as duas hipóteses há uma única resposta: querem silenciar um bispo-poeta comprometido com as lutas de seu povo. Ninguém melhor do que o próprio dom Pedro Casaldáliga poderia explicar a sensação de ser submetido a um "vestibular eclesiástico" e sentir como o Vaticano "tem muito de jaula, quicá dourada"

Carlos Alberto Ricardo/CEDI



As reações

Rev. Sérgio Marcus Pinto Lopes, secretário regional do Clai/Brasil

"Como cristão e pastor evangélico, creio que as atitudes que vem tomando a Congregação para a Doutrina da Fé refletem um espírito autoritário e retrógrado que não cabe mais no século 20. Refletem também um desrespeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos, especialmente ao consagrado direito de livre expressão. Julgo, ainda, um desrespeito a uma pessoa, cujo objetivo, antes de mais nada, é o de integrar outras pessoas e nações à plena liberdade e ao direito de soberania dos povos. Por tudo isso, o que está acontecendo não tem outro nome senão violência".

Padre José Oscar Beozzo, da Cehila-Brasil

"D. Pedro foi pressionado e perseguido durante o regime militar. É estranho que Roma o cale agora. Ele representa um testemunho importante de solidariedade à Nicarágua e aos povos centro-americanos. É estranho que se queira cortar essa solidariedade e, ao mesmo tempo, haja um silêncio com relação à guerra dos Estados Unidos na América Central. Por

último, é estranho que exista uma tolerância com os conservadores (no caso do bispo Marcel Lefèbvre foram vinte anos de negociação) e uma precipitação com aqueles que têm um compromisso com os interesses populares".

D. Sumio Takatsu, bispo anglicano

"É inacreditável que um homem dedicado ao apostolado e diaconia em favor dos pobres, marginalizados e oprimidos com tanta humildade como d. Pedro Casaldáliga seja silenciado pelo governo central de sua Igreja. Tal imposição de disciplina, como aconteceu também com Hans Küng, Schillebeeckx, Boff e outros, uma após outra, nos leva a indagar: o que é que está acontecendo com a renovação da Igreja encetada pelo Vaticano 2º? Como fica o colegiado dos bispos numa região? E a diversidade na unidade? Tal imposição de disciplina por um órgão central é imanente ao próprio sistema centralizado, ou é apenas um acidente? Essas perguntas são de interesse ecumênico e um bispo, que pertence a uma Comunhão (Anglicana) em diálogo com Roma, não pode deixar de fazê-las".

"(...) No dia 16, de jaqueta emprestada, fui recebido em antesala por monsenhor Re, secretário da Congregação dos Bispos, que já estivera na nunciatura do Panamá. "Cum Petro e sub Petro", me aconselhava ele, persistente. E "um só Senhor, uma só fé, um só batismo", acrescentava eu para que a confissão fosse mais plena. Lembrou-me também que, no sábado, na entrevista conjunta com os cardeais Gantin e Ratzinger, eu deveria comparecer com vestimenta apropriada (no caso, seria a batina e a faixa claretianas, cedidas muito gentilmente pelo veterano padre Garde, o colar indígena de tucum e a cruz franciscana).

Senti logo — caçoava eu depois deste prólogo — que seria submetido a um vestibular eclesiástico: de disciplina, por parte da Congregação dos Bispos; de Teologia, por parte da Congregação da Doutrina da Fé.

Foi no sábado, dia 18. Durante hora e meia. Também na Congregação dos Bispos. Com o cardeal Gantin, seu secretário Re e um subsecretário; com o cardeal Ratzinger e seu secretário, monsenhor Bovone e o monsenhor Américo, português, da Secretaria de Estado. Os monsenhores anotavam tudo e tinham nas mãos fotocópias de textos meus. Desde o início da entrevista, eles tinham insinuado um possível texto com proposições, que eu deveria assinar. Nesse momento me formularam mais concretamente essa proposta. Respondi-lhes que não assinaria nada sem tempo suficiente para pensar e consultar. Que eu mesmo jamais pediria a alguém um tipo de assinatura assim. Reagiram:

— Não se trata de um tribunal, não. O senhor terá tempo de pensar sobre isso.

(...) A audiência particular com João Paulo 2º foi no dia 21. E durou aproximadamente quinze minutos. Depois de passar por uns oito guardas, apresentar quatro vezes o "biglietto della Prefettura della Casa Pontificia" e atravessar pátios, corredores e salões.

O papa, com um gesto, me convidou a falar, sentados os dois em torno a uma mesa.

Refiro-lhe a proposta dos cardeais em relação a certas proposições que eu deveria assinar e lhe confesso que, no meu entender, isso me parece falta de confiança.

— Também pode ser uma prova de confiança, replica ele. O cardeal Arns, quando vem aqui, gosta das coisas por escrito.

Depois abre os braços e, entre admoestador e brincalhão, me diz:

— Para que veja que não sou nenhuma fera...! No primeiro momento quase me espanto, depois achei engraçado o gesto.

— Nunca pensei isso, eu sorri.

(Mas na verdade sentia, naqueles dias mais de perto, como aquele Vaticano tem muito de jaula, quicá dourada. Diante da estátua de São Pedro, em bronze, recordei — como não? — os versos de Alberti, as ganas de Pedro de ver-se, livremente, pescador...)"

(Trechos da crônica que d. Pedro Casaldáliga enviou aos amigos, logo após sua recente visita ao Vaticano)

A democracia que ainda esperamos

Jaci Maraschin

É provável que a idéia venha dos gregos que são os responsáveis pelas idéias gerais. Mas foram os franceses, de fato, que com a sua emocionante revolução encheram o mundo de esperança. Esperança de que? Naturalmente, de liberdade, igualdade e fraternidade. A gente sabe que eles não conseguiram realizar tudo isso. Nós ouvimos os ecos de sua gritaria e muita gente, principalmente do século 19, acreditava que essas três palavrinhas mágicas, quando pronunciadas em francês, abriam os horizontes. Elas sintetizam o "ideal" da democracia.

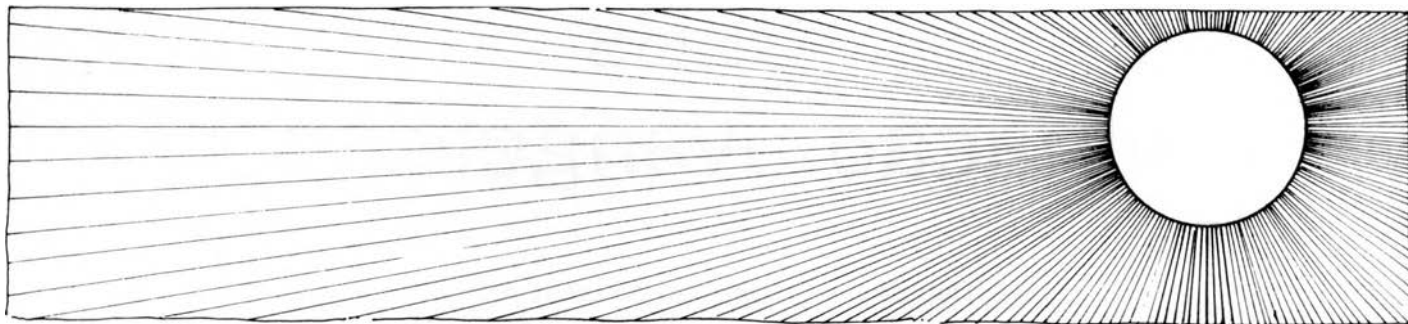
Faz pouco participei numa reunião de teólogos de diferentes nacionalidades. Entre eles havia gente da Alemanha Oriental, como nós dizemos aqui. Um deles se queixava de que em seu país não havia liberdade política e que os jovens teólogos não tinham oportunidade de sair a não ser que fossem convidados por organismos internacionais e que tivessem as passagens pagas. Foi aí que eu fiquei pensando na relação da liberdade com o poder econômico. Mostrei-lhes que a mesma coisa acontece no Brasil. Nossos jovens teólogos tampouco podem se dar ao luxo de participar em reuniões internacionais com o dinheiro que têm no bolso. Não adianta dizer que o povo tem liberdade para ir e vir,

para dar a volta no mundo, por conta própria, se falta ao povo até mesmo os mais parcos trocados para pagar o pão e comprar o leite. Não se pode pensar em "liberdade" como se fosse um mero conceito que flutua no mundo encantado das idéias. A liberdade faz parte do contexto social, político e econômico e, talvez, muito mais do econômico do que de qualquer outra coisa.

O segundo elemento proclamado pelos franceses e jamais realizado na França nem em qualquer outro lugar do mundo é o que chamamos de "igualdade". Os românticos sonhavam, certamente, com um mundo onde todos fossem "iguais". No entanto, não sabiam muito bem que tipo de igualdade era essa. "Iguais" em que? Levou-se o conceito de "igualdade" aos tribunais da ética e se encheu o mundo de culpa porque ninguém, na verdade, conseguia ser "igual". A diferença já vinha da minha própria postura: do lugar de onde eu via as coisas e das pessoas que ao meu redor me ajudavam a vê-las. Eu sempre fiquei perplexo ao me dar conta de que nasci no Brasil sem que ninguém me tivesse consultado a esse respeito. Logo percebi que quem nasce no Brasil jamais consegue ser "igual" a quem nasce, digamos, na Suíça. Destino? Sacanagem dos deuses? Acidente genético? Não sei. Só sei que nem mesmo os franceses, falando na sua bonita língua, conseguem ser "iguais" entre si.

O terceiro termo do triângulo democrático é a "fraternidade". Que quereriam dizer os franceses com isso? Talvez um certo





sentimento de boa vontade entre as pessoas numa sociedade que teria de funcionar como se fosse uma grande família reunida em redor da "mãe pátria". A coisa soa um pouco fascista aos nossos ouvidos deste final de século. Mas, como conceber uma sociedade fraterna sem o correspondente conceito da maternidade (e, por certo, paternidade)? A gente que vem dos rincões gaúchos sabe que "pai" e "mãe" são nomes dados a quem têm autoridade. E a fraternidade decorre daí como obrigação. Mas o simples fato de nos considerarmos "irmãos" não significa grande coisa. A gente sabe o que fez Caim com Abel. Quando os estrangeiros vão à França, hoje em dia, percebem, de repente, que são que nem Abel, constantemente desafiados a sair para o campo onde Caim poderá a qualquer momento demonstrar o mau humor. A harmonia antevista no conceito de "fraternidade" nunca se realizou no mundo. Não obstante continuamos a falar numa sociedade democrática baseada na "fraternidade".

Por que será que insistimos, depois de tudo isso, na proclamação dessas três virtudes, ao longo de uma caminhada que as nega, que as rejeita e que as mutila? É que as democracias que inventamos não estão fundamentadas na criação do "reino da liberdade". Elas partem do "reino da necessidade" e, em vez de superá-lo, fazem dele a chave da compreensão de todas as coisas. Em vez de pensar em sociedade eu penso em individualidade. Em lugar de trabalho co-

munitário eu crio mecanismos de competição. Em vez de participação eu entro na trama da exploração. Continuo a proclamar a minha própria liberdade. Eu quero ser "mais" livre, "mais" igual e "mais" fraterno do que os outros.

No fundo da impossibilidade da realização dos ideais da revolução francesa está a impossibilidade da superação dos ideais burgueses que a forjaram e a acompanharam no seu trágico desenvolvimento. Foi preciso que surgisse um outro profeta para levantar a suspeita diante de tudo isso. Suspeita de que por detrás de todos os sermões, de todos os slogans, de todos os programas partidários e revolucionários está um sistema de interesses não confessados que, em geral, tem o nome de "ideologia". Nesse sistema, a liberdade será sempre a "minha liberdade", a "minha igualdade" não poderá ser "igual" a nenhuma outra, e a "minha fraternidade" deverá ser a dos que concordam comigo.

É por isso que a gente fica duvidando das intenções "democráticas" desses partidos políticos que colocam a palavra "democracia" nos seus nomes. A noção de partido "democrático" é, portanto, contraditória. Mas, apesar disso, apesar dos partidos e das igrejas, dos grupos e das ideologias, a gente prefere ter esperança e continuar aguardando a chegada de um novo tempo. Pode ser que as coisas ainda se subvertam e a democracia venha a ser, afinal, não mais a minha, mas a de todos.

Jaci Maraschin, clérigo anglicano, é secretário-geral da Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (Aste) e professor do Programa Ecu-
mênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião do IMS, em São Bernardo do Campo (SP).



CEBs

Recriação evangelizadora

Depois de um período de crescimento, na década de 70, as comunidades eclesiais de base vivem um período de "transição pastoral" que faz emergir novos desafios. A complexidade da nova configuração histórica impõe uma reflexão necessária: como as CEBs poderão renovar suas forças e seguir dando sua contribuição específica?

Faustino Luiz Couto Teixeira

Tendo nascido sobretudo a partir da segunda metade dos anos 60, as CEBs assumiram uma função de grande importância tanto na redefinição da ação pastoral da Igreja como igualmente na articulação dos movimentos populares. A "tomada da palavra" pelos pobres nas CEBs acontece como vontade crescente de participação no ser e no fazer Igreja. Participação que é igualmente construção da cidadania, aber-

tura para um trabalho mais político: junto aos sindicatos, associações de bairro, partidos etc. Toda essa efervescência realiza-se, principalmente, nos anos 70 e início dos 80. As CEBs vivem, então, um período de grande crescimento.

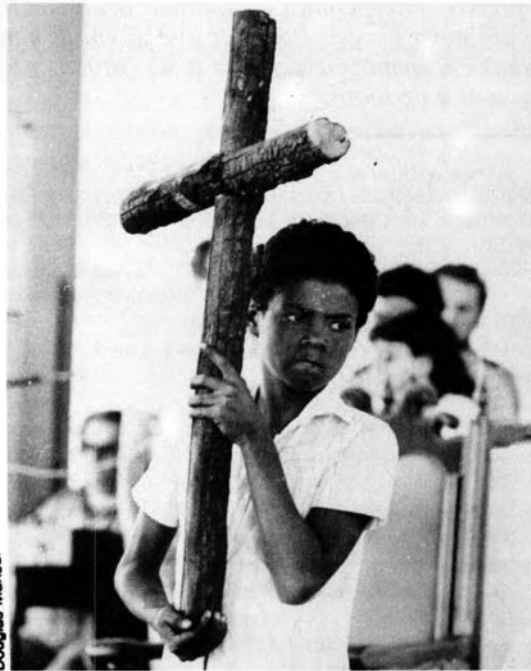
O momento atual pode ser caracterizado como sendo de "transição pastoral". Hoje, a pastoral popular, de modo particular as CEBs, encontram-se diante de uma realidade diversificada. O momento político presente evidencia uma situação de extrema gravidade. Uma crise que envolve todas as dimensões da sociedade. O clima geral é de grande ceticismo e desconfiança crescente do povo, corroborados pela emergência cotidiana de escândalos e corrupções envolvendo as elites e classes dirigentes. Em contrapartida, há o crescimento da consciência popular e a clarificação dos canais políticos de atuação na sociedade civil. Com relação ao horizonte eclesial mais amplo, configura-se uma situação de restauração neo-conservadora não favorável à dinâmica criativa das Comunidades Eclesiais de Base.

Evidentemente a complexidade da nova configuração histórica e eclesial incide sobre a experiência das CEBs: "O avanço da consciência e das lutas leva muitos membros para outras atividades políticas, fato que pode ser consi-

derado positivo, mas que coloca o problema de como a CEBs vão renovando suas forças e continuam dando sua contribuição específica. Muitos, ao contrário, saíram — ou não entram — por não aceitarem determinadas lutas ou considerarem enfraquecido o aspecto religioso" (Cláudio Perani, *Novos rumos da pastoral popular*, Cadernos do CEAS (107), p. 39, 1987).

A emergência de novos desafios

É dentro desse quadro geral que devemos situar o tema da "transição pastoral" que envolve hoje as CEBs e recolocar a questão da recriação evangelizadora e seus desafios. Creio que uma reflexão pertinente a propósito das CEBs hoje em dia deve encaminhar-se na perspectiva de uma história aberta e não cristalizadora. Há sempre o risco dos triunfalismos ou da reificação idealizadora. Como bem assinala Luiz Alberto Gómez de Souza, "as CEBs não são um ponto de chegada, mas estão em criação e recriação permanente, tratando de superar suas limitações, descobrindo trilhas inesperadas" (Prólogo ao livro de Faustino L.C. Teixeira, *A gênese das CEBs no Brasil*, São Paulo, Paulinas, 1988). É a sensibilidade aos caminhos do real que possibilita a atenção crítica face às possíveis simplificações, a recuperação das "pequenas coisas" do cotidiano (de suas esperanças) e a abertura para horizontes inéditos.



Douglas Mansur

O desafio da inculturação da fé

Entre os inúmeros desafios que se apresentam à missão evangelizadora da Igreja, de modo particular para as CEBs, situa-se a inculturação da fé. "A evangelização inculturada é precisamente este diálogo da mensagem cristã com uma cultura concreta, ao nível de suas próprias raízes, de modo a articular fé e vida, e a permitir que esta cultura, inspirada e transformada à luz do Evangelho, possa expressar a fé em seus próprios termos e possa configurar a vida em nível individual ou social, em consonância com esta fé, assumida pela cultura e tornada parte dela" (Marcello Azevedo, *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé*, São Paulo, Loyola, 1986, p. 359-360). Na caminhada presente das CEBs esta questão vem sendo percebida como de grande importância. Não há como trabalhar na linha de libertação dos empobrecidos eludindo a dimensão da cultura ou considerando-a como algo descartável ou supérfluo. Ignorar a cultura ou o saber popular é uma das formas concretas de alimentar a sujeição e dominação dos empobrecidos.

A história do encontro entre Evangelho e cultura nem sempre ocorreu de maneira tranquila e dialogal. Não foram poucos os casos em que os mensageiros do Evangelho usaram de violência para impor sua verdade, confirmando mais uma vez a dolorosa faceta do etnocentrismo, que tem sólidos fundamentos psicológicos. Não é nada fácil a experiência do encontro com o diferente. Na realidade, a diferença é vista como algo que ameaça e fere nossa identidade cultural. O outro não pode desfrutar de sua palavra, de sua vida, de sua cultura.

Toda esta constatação vem novamente colocar em evidência a pergunta fundamental que deve animar a nossa ação pastoral: "Como evangelizar através de um diálogo e testemunho de vida que chegue ao 'outro' (pessoa, povo ou grupo social), em seu mundo e em sua ótica própria?" (CNBB, *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*, São Paulo, Paulinas, 1988, n.º 251). Como traduzir a mensagem evangelizadora para um distinto universo simbólico, sem cair na tentação racionalizadora de logo enquadrá-lo num degrau de categoria inferior? São desafios que fazem emergir para o agente evangelizador a consciência da diversidade cultural e de sua complexidade. Só é de fato capaz de chegar ao outro aquele que consegue fazer a experiência do próprio limite, a experiência do mistério, a experiência do esvaziamento: ser capaz de não se

apegar ciosamente ao "império do mesmo", mas ir ao encontro do desafio humano (Fl 2,6-7). Não se quer com isto abafar a pertinência e a originalidade essencial da palavra evangelizadora, mas situar em novas bases a tensão dinâmica entre a fidelidade ao Evangelho e o conhecimento e respeito pela cultura do outro.

O desafio da religião popular

Ainda na perspectiva aberta pelo desafio anterior, podemos também situar a questão do encontro com a religião popular, que vem suscitando na experiência das CEBs uma série de problematizações. Subestimada durante muito tempo, tanto na prática pastoral como na reflexão teológica, a religião popular começa lentamente a ser valorizada e respeitada em sua fecundidade vital. Há nesta questão da religião popular e de sua articulação com a pastoral popular um "nó" relacionado com o *racionalismo pastoral* e sua tensão com o *universo simbólico popular*. Somos herdeiros do racionalismo, não nos esqueçamos.

Verifica-se na prática pastoral uma dificuldade, em nível antropológico, de compreensão do universo simbólico popular. A preocupação mais forte vai no sentido da racionalidade operativa transformadora. Muitos agentes de pastoral vivem divididos entre a sensibilidade à cultura popular e a responsabilidade de não promover ou apoiar a alienação. O racionalismo pastoral, que opera na lógica da responsabilidade histórico-libertadora, causa em muitas experiências concretas dificuldades em nível popular. Há, em casos concretos, uma inversão simbólica: por um lado, a entrada do simbolismo social (por exemplo: inovações inseridas nas devoções e celebrações tradicionais — sinais, gestos, faixas, cartazes, dramatizações); por outro, a forma pejorativa de tratar o universo simbólico popular. Isto causa "perturbações" para muita gente, embora nem sempre seja explicitado. A questão da "hemorragia" de certos animadores de CEBs e sua busca de outras experiências religiosas (como, por exemplo, o pentecostalismo) deve ser igualmente situada com relação à problemática do racionalismo pastoral. Muitos participantes de comunidade sentem dificuldade de entender esta nova linguagem, este novo simbolismo.

Os agentes de pastoral, marcados pelo crivo da racionalidade eficiente e pela lógica cartesiana (das distinções claras

e precisas), manifestam dificuldade de entender o jogo da *complementaridade religiosa* em nível popular. A diversificação e combinação de práticas religiosas populares é vivenciada como ampliação das possibilidades de proteção. Neste sentido, não são concebidas como excludentes. Para o povo simples é complicada a idéia de oposição entre a religião popular e a religião erudita. Esta relação de complementaridade religiosa em nível popular gera em muitos casos situações concretas de conflito com o horizonte cartesiano dos agentes.

O desafio da espiritualidade

Em determinadas experiências de comunidades de base brasileiras há, hoje, uma preocupação decisiva com a questão da espiritualidade. Há uma necessidade sentida em toda parte de abrir maiores



Prática pastoral: sérios desafios

espaços e aprofundar a experiência da oração pessoal e comunitária. Não são poucos os agentes de pastoral que manifestam dificuldade de se situar com relação à oração. A oração do agente, dada a amplitude de seus compromissos e interesses, fica relegada a um momento raro e, quase sempre, discursivo. Há um predomínio da razão organizativa e conscientizadora ("o que não é racional não é real"). A espiritualidade fica reduzida à racionalidade pastoral. Esta dificuldade repercute também na própria liturgia comunitária, muitas vezes fria, cerebral e superficial.

Hoje, procura-se retomar contato com esta rica experiência: "Cuidar da oração é olhar de novo a raiz de nossa vida, de nossas opções e trabalhos e garantir a saúde da árvore inteira" (Marcelo de Barros Souza, *A oração pessoal e litúrgica na caminhada popular*, mimeografado, 1988). É uma experiência fundamentalmente integradora, que propicia um clima essencial a qualquer prática liberta-

dora. É a experiência da gratuidade, do encontro amoroso com Deus, de intimidade com o Senhor (Jo 1,39), que descortina para os agentes "embriagados do desejo da história", uma faceta que extrapola a lógica da produtividade e da eficácia: que é *alegria* e liberdade interior, expressão de plenitude de vida. A valorização da experiência da gratuidade significa igualmente reencontrar a dimensão de fé tão significativamente presente na vida do povo: dimensão que é conformadora de seu universo motivacional.

Douglas Mansur



Gratuidade: encontro com Deus

O desafio da grande massa

Um outro desafio que se apresenta hoje à evangelização refere-se à questão *elite/massa* na pastoral popular. Em geral, o trabalho efetuado pelas CEBs direciona-se a pequenos grupos, e a pertença à comunidade pressupõe certo nível de promoção: "As CEBs, apesar de serem as que mais têm contato com a massa dos despossuídos, sempre tiveram dificuldade de aproximar-se daqueles — não são poucos — que estão no último degrau da sociedade, populações marginalizadas de tudo, carentes, indigentes" (Cláudio

Perani, *Novos rumos da pastoral popular*, p. 39).

Se, por um lado, as CEBs manifestam uma inegável capacidade de formar e articular comunidades, de preparar militantes, fica ainda em aberto sua capacidade de influenciar o comportamento das massas. Talvez resida aqui uma das limitações presentes em certas análises tecidas sobre as CEBs, que exorbitam o campo de exercício e influência real das mesmas. Na realidade, ainda é pequena a parcela de população efetivamente engajada na experiência. É verdade que as comunidades, em situações de mobilização concretas, chegam a congregar um número bem significativo de pessoas, mas que tende a refluir na vida normal da comunidade.

O momento particular do trabalho cotidiano das CEBs é animado sobretudo por uma pequena "elite popular" que se percebe como missionária. "O chamamento, o despertar a motivação (e a persistência dela) são coisas complicadas. Por que apenas alguns poucos permanecem? E por que são eleitos? Um pouco é assim que se percebem: como 'eleitos';

ou seja, um grupo diferenciado que teve condições de perceber a relevância da mensagem religiosa e envolver-se mais profundamente nela" (Carmen Cinira Macedo, *Tempo de gênese*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 179).

A questão que vem desafiar as comunidades no presente momento é a urgência de abertura para o horizonte dos empobrecidos, ou seja, trabalhar e aprofundar ainda mais o desafio da opção pelos pobres, da Igreja dos pobres. E isto não acontecerá senão mediante uma adequação de linguagens e captação dos problemas que tocam o dia-a-dia das massas empobrecidas. Essa abertura é dificultada

em casos concretos por atitudes de "arrogância pastoral" (que é *hybris* totalitária), de fechamento ou radicalismo de certos líderes de comunidade: "A solidão dos que têm razão". Não são poucos aqueles que, em decorrência de uma nova consciência, linguagem e engajamento, acabam descolando-se da base popular. Determinados animadores ou agentes, munidos de uma "linguagem diferenciada", nem sempre conseguem envolver ou cativar as pessoas que não estão no mesmo compasso.

O desafio do pluralismo

Estes questionamentos suscitam mesmo uma reavaliação da estrutura interna da pastoral popular, sobretudo a questão do *pluralismo interno* e os canais de participação. Não pode haver crescimento na comunidade sem o reconhecimento da legitimidade de diferentes formas de inserção pastoral. A caminhada da comunidade não se constrói na discriminação de certas pastorais e na arrogância e uma linguagem depreciativa com aqueles que não partilham o mesmo ritmo ou intensidade de ação pastoral. "Devemos reconhecer que existem, dentro da própria pastoral popular, diferentes pontos de vista e linhas de ação. Isso pode assustar, porque o caráter totalizante da fé desliza, facilmente, para o totalitarismo da verdade única" (Cláudio Perani, *Novos rumos da pastoral popular*, p. 44).

Centramos o foco de nossa reflexão em alguns tópicos bem particulares, que nos parecem significativos no presente momento da prática pastoral. Trata-se de um primeiro e aproximativo levantamento de questões, percebidas ao longo do trabalho de assessoria pastoral, que permanece aberto a novas indagações e "surpresas" da história.

Faustino Luiz Couto Teixeira, teólogo, é professor no Curso Superior de Teologia da Universidade Santa Úrsula e PUC/RJ.

Aconteceu

GREVE DA URP FOI TOTAL

Trabalhadores das empresas (trabalho) no Brasil e Grupos protestam em todo o país. (pág. 14, 15 e última página)

CONSTITUINTE NACIONALIZA RECURSOS MINERAIS E DISCUTE REFORMA AGRÁRIA

A votação define o destino do Centro, devendo em caso positivo, o país também ter votado. (pág. 3 e 4)

Aconteceu

Dezoito anos de prisão para assassino do Padre Josimo

(O caso Josimo)

Dia do índio é comemorado com dança de guerra

Trabalhadores e grupos de índios celebram o Dia do Índio com uma dança de guerra. (pág. 14, 15 e última página)

Constituinte: o que já foi aprovado e o que ainda falta ser discutido

(pág. 14)

Aconteceu

Assinatura anual Cz\$ 850,00

- América Latina: US\$ 60
- América do Norte: US\$ 85
- Europa, África e Ásia: US\$ 100

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação de Informação** — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

“Entre vós não será assim”

Milton Schwantes

O achego ao poder não deixa de ser uma das marcas da história de nossas igrejas. Esta proximidade não foi tão intensa lá nos começos. Mas foi tomando forma já nos primeiros séculos. O imperador Constantino incentivou-a decisivamente, no quarto século. As igrejas, por assim dizer, “constantinizaram”. Igreja e Império se mesclaram. Trono e altar se achegaram.

Haveria que estabelecer diversas diferenças. Necessário seria considerar diferentes contextos. Épocas houve em que ocorreu maior distanciamento. Em outros momentos foi cultivada a convergência. Em nossas igrejas nem sempre houve unanimidade sobre a questão. Uns mostravam-se mais críticos à convivência com o poder. Outros, mais dados a concessões. De fato, haveria que diferenciar, ao avaliar a correlação entre igreja e poder, em perspectiva histórica.

De toda maneira, estamos experimentando novas ênfases. As igrejas não estão mais tão próximas do poder. Por toda parte se vê distanciamento. Em alguns lugares, isso é mais evidente. Em outros, não chega a aflorar com a mesma intensidade. Entre nós, na América Latina, parcelas significativas das igrejas posicionam-se ao lado dos setores populares. Por certo, não se poderá dizer que a maioria dos cristãos seja da opinião segundo a qual a fé em Jesus implica, hoje, em práticas que contestem o imperialismo e a exploração. Mas, mesmo assim, cresce a percepção de que a solidariedade com os mais fracos é o imperativo da hora.

Nesta situação, a leitura da Bíblia ganha um novo impulso. Afinal, na história do povo da Bíblia o conflito com o poder marca presença das primeiras às últimas páginas, de Gênesis a Apocalipse. Lá no começo já é contestado o poder de “cidade e torre” (Gênesis 11), de Sodoma e Gomorra (Gênesis 13-14; 18-19). E, no final, dragão e besta são denunciados (Apocalipse 12-13). Sim, celebradas são as vitórias sobre o faraó e seu poder de escravizar (Êxodo 1-15), sobre as autoridades do templo e do Império que condenava à morte de cruz (Marcos 14-16).



Na Bíblia, o poder é posto em crise. É questionado em sua raiz. A mística bíblica não se ajusta aos interesses de monarcas e imperadores. Está por assim dizer na contramão. Vejamos alguns exemplos.

Poder em crise

Na Bíblia, a contestação ao poder tem tradição. Dizíamos que perpassa suas páginas, do início ao fim. Cabe-nos, agora, dar destaque a alguns episódios, nos quais o poder é posto em crise, de modo especial.

Nas histórias de Sara e Abraão, as cidades são sedes de ameaça à vida. Em se aproximando delas, as mulheres correm o risco de serem raptadas, a fim de serem integradas ao harém dos monarcas. É o que sucede com Sara — Ló tem destino similar. Ao se achegar a Sodoma e Gomorra, como que cava sua própria sepultura. Crê encontrar vida melhor, mas sucede o contrário: sua família vai se de-

sintegrando. De fato, as cidades e seus reis são poderes contra a vida.

Esta também é a perspectiva do êxodo. Nas histórias da libertação, o faraó transpira morte. Manda executar até crianças, para assegurar seu trono! Seu exército é a expressão de suas arbitrariedades. E este poderoso faraó é até pior que os reis que ameaçavam a vida de Sara e Abraão. Aqueles reis ainda eram capazes de gestos dignos. O rei Abimeleque de Gerar, por exemplo, dispensou Sara de seu harém após perceber que se tratava da mulher de Abraão (Gênesis 20). O faraó é bem pior. Seu coração não se converte! É duro como pedra! Não arreda pé de sua gana em destruir o povo. Sim, o poder absoluto corrompe absolutamente!

Após a conquista da terra, o povo se instalou nas montanhas palestinas. As tribos optam por uma forma de organização que exclui a monarquia. Não adotam o modelo cananeu. Apesar disso seguidamente renascia, entre alguns,

a vontade de nomear um rei. É o que ocorreu nos dias de Abimeleque (Juizes 9). Quis constituir-se em monarca sobre Siquém e arredores. Mas nem mesmo encontrou adeptos em sua própria família. Exterminou seus irmãos, com exceção de Jotão, que conseguiu fugir. E este Jotão soube definir muito bem o que é o poder monárquico. Não passa de um espinheiro que não dá nem sombra e nem frutos. Só fornece espinhos. Só machuca. Destrói.

Apesar de críticas tão severas e contundentes, o projeto monárquico conseguiu impor-se. Saul e Davi foram vitoriosos. Reuniram forças militares, inicialmente, para combater invasores estrangeiros. E, logo em seguida, valeram-se do poder acumulado para reprimir o descontentamento das tribos que aceitaram o reinado como solução de emergência, mas não como dominação permanente. Neste conflito entre tribalismo e monarquia, esta última saiu vitoriosa. Salomão tornou-se a forma mais aprimorada de poder total. Em seus dias, o povo foi feito escravo (1 Reis 12). No entanto, os contestadores não se deixaram silenciar. Rebelaram-se. Criticaram. Foram em defesa dos empobrecidos. A profecia é, certamente, a forma mais acabada desta oposição aos poderosos. Nela, a resistência dos empobrecidos alcança seu ponto alto. Sim, a profecia é, propriamente, a crise do poder e a esperança dos pobres!

O Novo Testamento está nesta herança. Representa a um novo momento histórico. Este é caracterizado pela presença imperialista dos romanos na Palestina. Este Império era dono do mundo. Como manter viva a esperança, nestas circunstâncias? Jesus responde com as comunidades de irmãos e irmãs empobrecidos. Tais grupos fraternos são entendidos no Novo Testamento como alternativa ao poder imperial que trucidava, mata,

crucifica, impede a vida. Nasceram para pôr o poder em crise. É o que o Apocalipse testemunha com grande entusiasmo: as pequenas comunidades dos pequenos são o grande desafio para o dragão e a besta. Irão vencê-los, porque, em Jesus, já estão derrotados.

Estes são alguns exemplos bíblicos para a crise do poder. Mostram o quanto a Escritura não adere, de jeito nenhum, ao poder e à opressão.

Em última instância, esta postura bíblica deriva de sua experiência com Deus. Aquele que é o Senhor único não admite que pessoas — ainda que sejam reis ou imperadores — se adonem e oprimam outras pessoas. Neste sentido, o Deus Libertador põe por terra tronos e poderes.

Junto a esta teologia libertadora, a Escritura também nos fala de experiências muito concretas que foram alimentando a resistência à prepotência. As histórias bíblicas testemunham de práticas libertadoras que conduzem às esperanças dos que não têm poder.

Práticas dos que não têm poder

Na Bíblia, a vida e a história não são vistas a partir do poder. Não lhe interessam os “primeiros lugares”. Interessam-lhe os últimos, os mais fracos, os que mais servem. Pois, afinal, “entre vós não será assim” (Marcos 10,43).

Há pois marcantes diferenças entre os propósitos do poder e os que não têm e nem procuram acumulá-lo. Tratemos de identificar tais diferenças.

Uma das diferenças mais nítidas reside na função do “poder” em meio ao povo de Deus. O poder não tem a si mesmo como alvo, como ponto de chegada. Planos e decisões não objetivam a manutenção do poder. Visam antes o serviço, o amor e a justiça. Estruturas de mando que porventura existirem adquirem sua veracidade a partir de sua dedicação aos empobrecidos. Todo poder provém, pois, do serviço. Esta não é uma maneira “populista” de justificar estruturas existentes, porque implica na participação e na presença dos mais necessitados dentro do poder. Maria o expressou muito adequadamente no Magnificat: “Derrubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humildes” (Lucas 1,52).

Os empobrecidos têm vez na história. Marcam seu rumo. E isso não é visto de maneira idealista, na Bíblia. Representa prática. Resulta do trabalho e do acesso a seus resultados. Este é um traço muito marcante da experiência bíblica: o trabalho dá direito ao alimento. Assim o experimentam os camponeses, esta ampla maioria da sociedade, na qual foi vivenciada e pensada nossa Bíblia. Para o

lavrador, o acesso ao resultado do trabalho duro e suado é uma perspectiva elementar da vida. Quem planta uma vinha, há de comer seu fruto! Quem constrói uma casa, mora nela! Isso não é um sonho. Esta é a vida no campo. Por este motivo, os profetas certamente contavam com amplo apoio do povo, quando protestavam contra a exploração, quando denunciavam a ganância dos ricos. Sim, para a profecia, o escândalo maior reside em que os trabalhadores são transformados em alimento dos mais abastados (Miquéias 3,1-4). Esta é a deformação maior causada pelo poder dos fortes na vida dos fracos.

Portanto, a Bíblia pratica o poder de outro jeito. Exercita-o a partir do serviço ao mundo. Compreende-o como resultante do trabalho. Na medida em que o trabalho é substituído pela exploração, a própria vida é transformada em morte. Percebe-se assim que o projeto do povo de Deus é diferente.

Por fim, podemos também constatar que no processo de formulação de decisões aparecem novidades. Lógico, não se poderá dizer que este já seja democrático, no sentido atual. Afinal, em tempos bíblicos prevalecia a autoridade dos mais idosos. A sociedade era patriarcal. Os homens detinham uma palavra mais decisiva que as mulheres. Ainda que no geral existissem tais usos, observa-se que estes são questionados e superados, em diversos episódios. Pensemos, por exemplo, nas primeiras comunidades cristãs. Mulheres eram missionárias. Profetizavam nas assembléias. Oravam nos cultos. Tudo isso representa grandes avanços. — Pensemos também nos episódios da vida de Sara e Abraão. Por mais importante que fosse Abraão, Sara também tinha sua parcela de participação nos destinos do grupo. Partilhava das decisões. — Por fim, pensemos nas profetisas, em Miriã, Ana, Hulda e outras. Em meio ao povo, deram contribuições decisivas. Anunciaram tempos novos, em que “o cavalo e seu cavaleiro serão precipitados ao mar” (veja Êxodo 15,21).

Há, pois, um direcionamento democrático no processo de decisões. No mundo da Bíblia, este direcionamento não chegou a ser esgotado. Nem todas as possibilidades do projeto da fraternidade foram explicitadas. Há muito que fazer. São tarefas que nos desafiam, para que se evidencie cada vez mais: “Entre vós não será assim”.

Milton Schwantes é pastor luterano em Guarulhos (SP) e professor de Bíblia no Programa Eclesiástico de Pós Graduação em Ciências da Religião em São Bernardo do Campo (SP).



Polêmica socialista

SOCIALISMO EM DEBATE

Instituto Cajamar, São Paulo, 1988, 320 pp., 14x20,5 cm.

Marco Antônio Piva

Não é fácil para um país sem tradição democrática estável discutir temas que são verdadeiros desafios para toda a humanidade. O socialismo é um deles — e, talvez, o mais importante deste século. Pela primeira vez na recente história brasileira, líderes políticos e sindicais com diferentes concepções teóricas e práticas reuniram-se, sob um mesmo teto, para discutir, durante cinco dias, as experiências de construção do socialismo nos últimos setenta anos. Na pauta das discussões os processos da União Soviética, China, Cuba, Nicarágua e Brasil. O resultado desse encontro é o livro *Socialismo em debate*.

Pensado para ser um momento de profunda reflexão acerca da construção socialista, o seminário, patrocinado pelo Instituto Cajamar, em São Paulo, não buscou o consenso (seu principal mérito), mas tampouco diluiu-se em discussões abstratas. Afinal, a prática de alguns participantes evitou esse viés estéril. Pode-se até não concordar, mas como negar a história de Luis Carlos Prestes, Fúlvio Abramo, Apolônio de Carvalho e Benedito de Carvalho que, lado a lado com lideranças políticas emergentes, entregam-se cotidianamente à tarefa de construir uma cultura socialista nesse país?

Contribuições importantes vieram também de Cuba e Nicarágua. Juan Valdez, chefe do Departamento de América do Centro de Estudos de Havana, preferiu o caminho polêmico das dificuldades do processo revolucionário. Com isto, brotaram do plenário questões fundamentais que numa simples palestra ficariam incubadas na consciência, pendendo entre a culpabilidade apriorística de uma crítica à primeira revolução do continente e a necessidade de enfrentar de cara os desafios. O próprio colega de Valdez, Cami-

lo Domenes, incluiu o ingrediente da eventual substituição de Fidel Castro: "O processo não pode se deter em função da morte de um homem".

Já Lucio Jimenez, secretário-geral da Central Sandinista dos Trabalhadores, mostrou as dramáticas dificuldades enfrentadas pela revolução sandinista que, acossada por uma guerra que parece interminável, festeja cada final de ano como uma grande conquista: a Nicarágua sobreviveu.

Por motivos diferentes, os representantes da União Soviética e da China não compareceram. Talvez sobre esses dois países tenha pesado a principal lacuna do seminário, apesar do esforço dos palestristas brasileiros que teceram comentários e críticas importantes.

Mas enquanto as experiências da URSS e da China careceram de interlocutores diretos — não necessariamente oficiais —, o Brasil reacendeu velhas polêmicas que, desprovidas do ranço saudoso, se converteram em discussões produtivas sobre os rumos do socialismo no país. Confrontadas as posições ficou um saldo positivo. Embora a apresentação gráfica seja exageradamente densa, o livro vale pelo conteúdo das intervenções que representam parte valiosa do "rico patrimônio acumulado pelo movimento socialista internacional". É uma discussão necessária que deve continuar.

Marco Antônio Piva é editor-assistente de *Tempo e Presença*.

Lançamentos

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE — BASES TEOLÓGICAS

Faustino Luiz Couto Teixeira, Vozes, Rio de Janeiro, 1988, 222 pp., 13,5x21 cm.

As comunidades eclesiais de base expressam hoje no Brasil um dos traços mais dinâmicos e marcantes da vida da Igreja. O autor destaca algumas das questões teológicas fundamentais que estão na base dessa experiência, com o cuidado de não centrar suas atenções no esclarecimento de uma estrutura significativa (descrição, elementos essenciais, caracterização etc.). A reflexão é mais abrangente: procura traduzir a "cidadania eclesial" das CEBs e sua sintonia com o horizonte da tradição e da reflexão teológica contemporânea.

A DEMOCRACIA NO BRASIL — DILEMAS E PERSPECTIVAS

Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell (org.), Vértice, São Paulo, 1988, 382 pp., 13,5x20,5 cm.

Quando o país passa por um período de ajustamento a uma nova ordem institucional, a questão da democracia torna-se um tema prioritário para a sociedade civil interessada numa estabilidade que garanta um futuro de justiça e liberdade. Os desafios são enormes e, no esforço de superá-los, um grupo representativo da Ciência Política brasileira produziu, sob a organização dos professores Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell, um volume de reflexões que, ao não se preocupar em oferecer respostas definitivas, garante um ingrediente polêmico, tão necessário à análise do complexo processo político nacional.

